

CONJUNTURA DA
CONSTRUÇÃO
ANO VI | Nº 4 | DEZEMBRO 2008

2009

Projeções de
crescimento
para o setor



**BALANÇO SOCIAL
DO INVESTIMENTO**

Pela primeira vez, o déficit habitacional
cai fortemente em termos absolutos



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

SindusCon  SP
o Sindicato da Construção

CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do SindusCon-SP e da FGV. É permitida a reprodução total ou parcial da publicação.

Diretores da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos (Executivo), Ricardo Simonsen (Técnico) e Antônio Carlos Aidar (Controle)

Diretor de economia do SindusCon-SP: Eduardo May Zaidan

Editores: Ana Maria Castelo, Edney Cielici Dias (executivo) e Fernando Garcia

Colaboraram nesta edição: André C Michelin, Andressa de Souza

Horikawa, Denise Inoue, Maria Henriqueta Alves, Robson Gonçalves,

Roseane Petronilo, Sérgio Camara Bandeira e Victor Albuquerque

Arte e diagramação: André C. Michelin

Foto da capa: Lu Santos (obra do Metrô de São Paulo)

Jornalista Responsável: Rafael Marko. MTE 12522

Fotolitos e impressão: Gráfica Van Moorsel

Publicidade: Ana Maria Castelo, Tel.: (11) 3281 3295, Fax: (11) 3281 7891,

e-mail: ana.castelo@fgv.br. Av Paulista 548 - 9º andar, São Paulo - SP, 01310-000,

Tel.: (11) 3281 3254 / 7784, Fax: (11) 3281 7891, e-mail: construeditoria@fgvsp.br

SindusCon  **SP**

o Sindicato da Construção

Presidente: Sergio Tiaki Watanabe

Vice-presidentes: Cristiano Goldstein, Delfino Paiva Teixeira de Freitas, Francisco Antunes de Vasconcellos Neto, Haruo Ishikawa, José Antonio Marsiglio Schuvarz, José Carlos Molina, José Roberto Pereira Alvim, Luiz Antônio Messias, Marcos Roberto Campilongo Camargo, Maristela Alves Lima Honda, Mauricio Linn Bianchi, Odair Garcia Senra, Paulo Brasil Batistella

Diretores Regionais: José Batista Ferreira, José Roberto Alves, Luis Gustavo Ribeiro, Luiz Cláudio Minniti Amoroso, Paulo Piagentini, Ricardo Beschizza, Ronaldo de Oliveira Leme, Silvio Benito Martini Filho

SindusCon-SP: Rua Dona Veridiana 55, São Paulo - SP, 012338-010,

Tel.: (11) 3334 5642, Fax: (11) 3224 0566 R. 306, www.sindusconsp.com.br



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou

Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermirio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: José Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alberto Novo Cabaleiro Neto (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A - Banco de Investimento), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Romeu de Figueiredo Temporal (Estado da Bahia), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sergio Murray (Federação Brasileira de Bancos), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Aldo Floris, (Brascan Brasil Ltda), Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédito Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury



3 Editorial

Por uma trajetória de crescimento

4 Investimento sustentado

Um balanço social do crescimento da construção

Perspectivas 2009

9 Uma transição rumo ao futuro

13 Inflação setorial
Menos pressão à vista

14 Emprego
Quantidade e qualidade

15 Imobiliário
A rota mais provável

16 Infra-estrutura
Resposta à crise

17 OPINIÃO

A crise internacional e as finanças municipais

19 Sondagem

Expectativas indicam cautela

21 Indicadores da construção

Editorial

Por uma trajetória de crescimento

OCENÁRIO que se desenha para 2009 é algo substancialmente diferente do que o vislumbrado há um ano para 2008. A crise está aí, com tudo o que ela significa de expectativas conservadoras e aversão a riscos. Mas o que pode haver de comum entre um ano de espetacular crescimento e outro envolto em dúvidas?

A economia mergulhará em uma desaceleração prolongada? A onda de incertezas teria mudado as condições de sustentabilidade do desenvolvimento? Uma resposta a essas questões poderia ser: “Se algo muda, certamente será para melhor”. A afirmação não significa necessariamente que as coisas estarão melhores num futuro próximo do que estiveram em um passado recente. A mudança necessariamente positiva está associada a aprimoramentos inevitáveis no plano institucional e a um novo cenário político no mundo. Esses dois processos estão em curso e seus resultados serão sentidos mais intensamente em 2009.

Talvez não seja um excesso de obviedade lembrar que a história não acabou, isto é, que a economia, como tantas atividades humanas, é um processo em eterno andamento. A crise em curso trouxe lições de âmbito mundial, que reforçam a idéia de mútua dependência e cooperação. O Brasil ganha importância relativa nesse processo, pois sua economia mostrou-se mais saudável neste momento do que as dos países desenvolvidos.

Paralelamente, a sociedade brasileira reaprendeu o quanto é bom prosperar em suas atividades. No fundo, é o que os empresários, os trabalhadores e os governos querem. O ajuste virá em 2009, mas que ele não tenha como custo indesejado a perda da rota da prosperidade tão duramente conquistada. Um momento de mais trabalho e menos conjecturas. Talvez seja o que todos estamos precisando.

Feliz 2009!

A crise em outras palavras

“ Não quero que o pacote de estímulo à economia lide apenas com a crise imediata. Desejo também preparar a base para um crescimento sustentado de longo prazo.”

Barack Obama, presidente eleito dos Estados Unidos, no *Valor* de 25 de novembro

“ A crise já acabou com o risco de excesso de demanda para nós. Agora é estimular o crescimento.”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, na *Folha de S. Paulo* de 25 de novembro

“ Está absolutamente claro que estamos tratando de construir novas instituições para o futuro.”

Gordon Brown, primeiro-ministro do Reino Unido, sobre a última reunião do G-20, na *Folha de S. Paulo* de 16 de novembro

Investimento sustentado

Um balanço social do crescimento da construção

Edney Cielici Dias e Fernando Garcia

AVANÇOS RECENTES conquistados pela sociedade brasileira mostram que a persistência do crescimento é capaz de mudar rapidamente situações para as quais a solução parecia distante. Para compreender os mecanismos do desenvolvimento econômico ora em curso, é importante dimensionar as conquistas no campo socioeconômico, em que a construção tem um papel estratégico. A retomada do investimento do setor, como se sabe, é um fator decisivo na geração de renda e emprego, como também na qualidade de vida da população, em razão da promoção de melhores condições de moradia e de infraestrutura. Mas em que medida isso ocorre? Uma boa maneira de responder a essa pergunta é dada pela interpretação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), com a qual é possível montar um balanço social da contribuição do setor. Com esse objetivo, foi considerado neste artigo o período 2005-2007, em que se deu o ressurgimento da construção como setor de alta atividade.

A boa notícia que aflora desse balanço é que a persistência do investimento em moradias já se reflete nas estatísticas de qualidade de vida dos brasileiros, com uma queda significativa inédita no valor absoluto do déficit habitacional. Em outras palavras, a necessidade por moradias se reduziu em 620 mil unidades em 2007 em relação a 2005, uma queda de 8% no período, o que contraria a tendência de alta observada desde o início da década de 90, quando a pesquisa do indicador começou a ser feita.

Emprego e renda

A evolução da Pnad permite considerar a contribuição para o emprego e a renda na

economia brasileira como um todo. Os dados mais conhecidos, com atualização mensal, referem-se ao emprego formal, contabilizado pelo sistema Rais/Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – esse indicador, no entanto, não capta a informalidade, um elemento importante no contexto brasileiro.

Com ajuda da Pnad, é possível estimar os efeitos da construção para o emprego na economia com um todo. Os números mostram que o processo de geração de emprego e renda no setor foi notável tanto do ponto de vista quantitativo, haja vista sua importância relativa para a economia brasileira, e qualitativo, pois houve significativos ganhos reais e uma geração mais expressiva de emprego formal.

Assim, no período compreendido entre setembro de 2005 e setembro de 2007, data de realização da pesquisa, foi gerado no país um total de 3,7 milhões de postos de trabalho, formais e informais. A construção sozinha foi responsável por 13% desse número, com a criação de 471 mil vagas. Ainda de acordo com a Pnad, 56% dos postos criados no setor foram com carteira assinada. Dessa forma, o total de vagas na construção saltou de 5,6 milhões para 6,1 milhões no período.

Outro avanço notável se deu com a evolução da renda média dos trabalhadores da construção. Nos dois anos analisados, o rendimento médio mensal passou de R\$ 613 para R\$ 730, o que implicou um crescimento real de 5% ao ano, considerando-se a variação do INPC. Essa valorização foi ainda mais sensível para os trabalhadores com carteira, cujo recebimento médio mensal

evoluiu de R\$ 790 para R\$ 970, uma variação real de 6,7%.

Qualidade de vida

Se os efeitos sobre a renda e emprego são em dada medida conhecidos e esperados, o mesmo não se pode dizer sobre seus reflexos na qualidade da vida para a população como um todo. Verificou-se uma inédita e significativa queda da carência de unidades habitacionais. Essas carências, expressas no déficit habitacional, não se referem exclusivamente à quantidade de moradias que faltam para abrigar as pessoas, mas também às condições das residências existentes. O déficit pode, também, ser entendido como o crescimento da demanda por habitações combinado com uma ampliação insuficiente das alternativas de moradia, o que se expressa de maneira distinta para as diferentes camadas da sociedade. Em linhas gerais, o déficit habitacional é dividido em dois grandes componentes: *coabitação* (famílias dividindo voluntariamente ou não o mesmo teto) e *inadequação* (deficiência das moradia).

De 2005 a 2007, houve uma evolução considerável do déficit habitacional no país, jamais verificada desde quando a série do indicador foi iniciada em 1993. Em uma perspectiva histórica, o resultado é facilmente entendido. Desde o início dos anos 1980, no auge das operações do BNH, verificou-se uma progressiva deterioração da capacidade de atender as necessidades habitacionais no país, num quadro crônico de baixo crescimento econômico. Essa tendência só foi interrompida nos anos mais recentes, e a grande redução do déficit habitacio-



Casas populares em construção em Borá (SP)

Colhe-se agora um fruto do ressurgimento da construção como motor do desenvolvimento econômico: pela primeira vez o déficit habitacional calculado pela FGV mostrou uma queda significativa em termos absolutos

nal é produto direto do crescimento econômico e do papel da construção como motor desse processo. Para se ter idéia do ritmo de retomada das atividades, o investimento em construção civil teve um crescimento real de 5,6% ao ano entre 2005-2007.

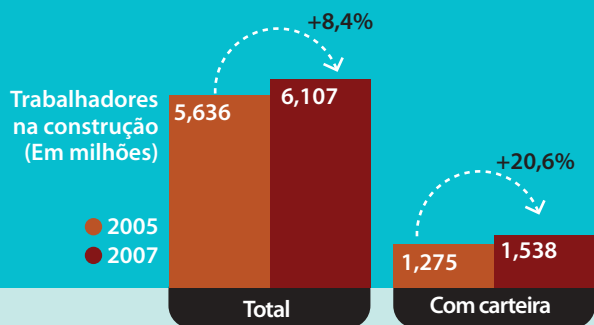
Nesse período, o déficit por coabitação reduziu-se em 650 mil unidades. Isso significa que um número equivalente de famílias que dividiam o teto com outra conseguiu um lar exclusivo para morar, próprio ou de aluguel. Esse avanço pode

ser entendido como uma conseqüência direta do investimento habitacional, da ampliação às condições de acesso aos financiamentos habitacionais e, obviamente, de uma rápida expansão da oferta de moradias. Trata-se obviamente de um progresso considerável, mas muito ainda precisa ser feito. Como mostra Pnad-2007, que trouxe pela primeira vez dados detalhados sobre a coabitação, dos 3,7 milhões de famílias que dividem moradia no país, 2 milhões afirmam que estão nessa situação por motivo econômico – e 2,3 milhões declararam

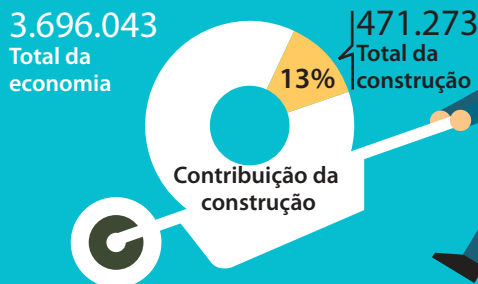
ter desejo de se mudar. Em outras palavras, há uma demanda reprimida por moradias na mesma magnitude.

No período analisado, verificou-se um crescimento não desprezível do componente do déficit por inadequação, ou seja, a parte composta pelos domicílios improvisados, pelas moradias rústicas, pelos domicílios em favelas e pelos cortiços. O incremento de lares inadequados foi de 28 mil unidades, ou 0,8%, alcançado um total de 3,6 milhões de unidades no ano passado. Na prática, tem-se então que a inadequação não cedeu – o que significa a persistência de um passivo habitacional evidente, cuja solução mais rápida ainda não foi encontrada nem pelos governos e muito menos pelo mercado, haja vista que o déficit habitacional por inadequação se concentra nas faixas mais baixas de renda. É importante notar que, nos últimos anos, a faixa de renda familiar até cinco salários mínimos concentra em média 93% do déficit por inadequação – quadro que não parece se alterar e que necessita de uma política habitacional mais agres-

Emprego e renda



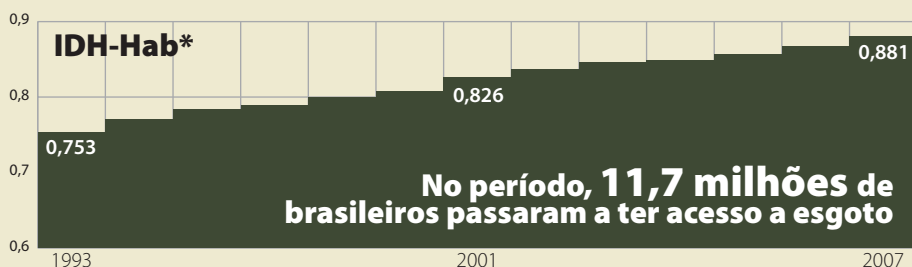
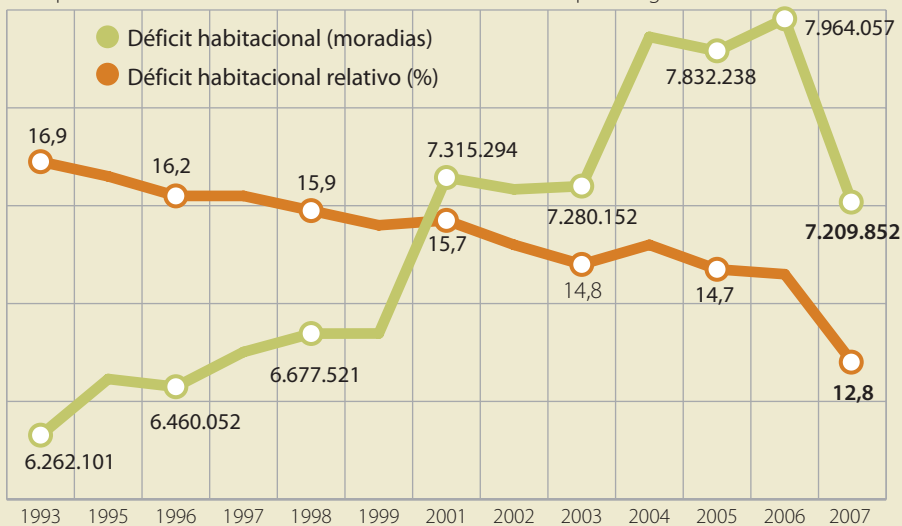
A geração de postos de trabalho



A contribuição social da construção

Qualidade da moradia

Pela primeira vez o déficit habitacional absoluto teve uma queda significativa



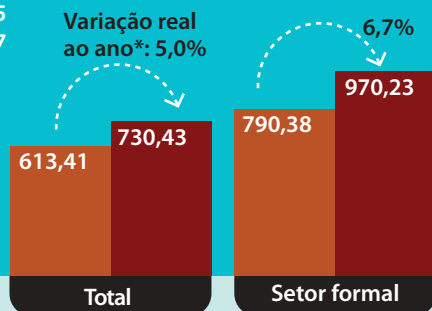
No período, 11,7 milhões de brasileiros passaram a ter acesso a esgoto

* Índice de Desenvolvimento Habitacional calculado pela FGV para o Sinduscon-SP. Trata-se de um número que varia de zero a um – quanto maior o índice, maior o desenvolvimento habitacional.

Renda média na construção (R\$ ao mês)

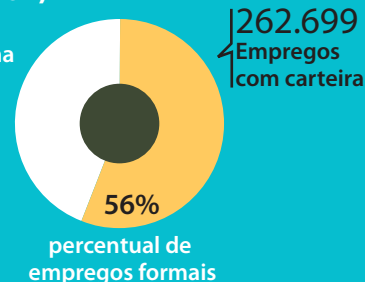
● 2005
● 2007

Varição real ao ano*: 5,0%



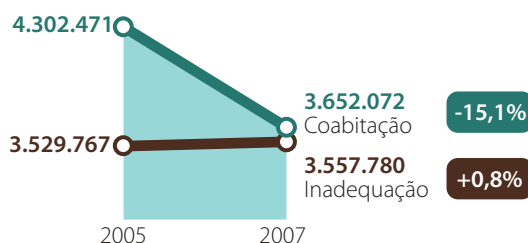
Novos postos de trabalho (2005-2007)

471.273
Empregos na construção



* Deflacionado pela variação do INPC entre set-2005 e set-2007

Componentes do déficit habitacional



O déficit habitacional por Estado

UF	2005		2007		IDH-Hab	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	2005	2007
Santa Catarina	121.820	6,7%	132.421	6,9%	0,934	0,947
Paraná	250.084	8,0%	238.442	7,2%	0,906	0,926
Mato Grosso	84.431	10,6%	71.569	8,0%	0,825	0,845
Goiás	139.818	8,2%	148.398	8,2%	0,869	0,890
Mato Grosso do Sul	60.467	8,9%	66.360	9,0%	0,843	0,878
Minas Gerais	586.447	10,4%	542.778	9,1%	0,888	0,909
Espírito Santo	105.053	10,4%	100.851	9,4%	0,900	0,917
Rio Grande do Sul	345.315	10,0%	355.131	9,6%	0,940	0,963
Distrito Federal	71.103	10,5%	73.756	10,0%	0,913	0,930
São Paulo	1.517.710	12,4%	1.358.806	10,5%	0,921	0,935
Sergipe	87.212	15,8%	69.867	12,3%	0,847	0,854
Rondônia	44.748	10,4%	57.004	12,5%	0,817	0,803
Rio de Janeiro	741.181	15,0%	665.058	12,7%	0,937	0,961
Pernambuco	401.207	17,8%	312.987	13,0%	0,777	0,820
Rio Grande do Norte	114.219	14,2%	111.786	13,3%	0,821	0,829
Bahia	616.794	16,7%	537.494	13,6%	0,777	0,828
Roraima	18.809	19,2%	15.154	13,6%	0,794	0,832
Alagoas	105.991	13,9%	115.827	13,9%	0,741	0,773
Paraíba	175.931	18,7%	167.346	16,6%	0,782	0,814
Tocantins	75.994	21,4%	68.283	18,0%	0,730	0,772
Ceará	480.733	22,5%	422.756	18,7%	0,751	0,788
Amapá	13.217	9,8%	30.854	20,0%	0,765	0,772
Piauí	200.788	25,8%	187.150	22,7%	0,721	0,753
Acre	35.361	21,7%	38.351	22,8%	0,704	0,726
Pará	599.854	35,2%	547.109	29,5%	0,692	0,729
Amazonas	283.753	34,4%	240.427	29,9%	0,721	0,716
Maranhão	554.198	38,4%	533.887	34,1%	0,640	0,687
Brasil	7.832.238	14,7%	7.209.852	12,8%	0,857	0,881

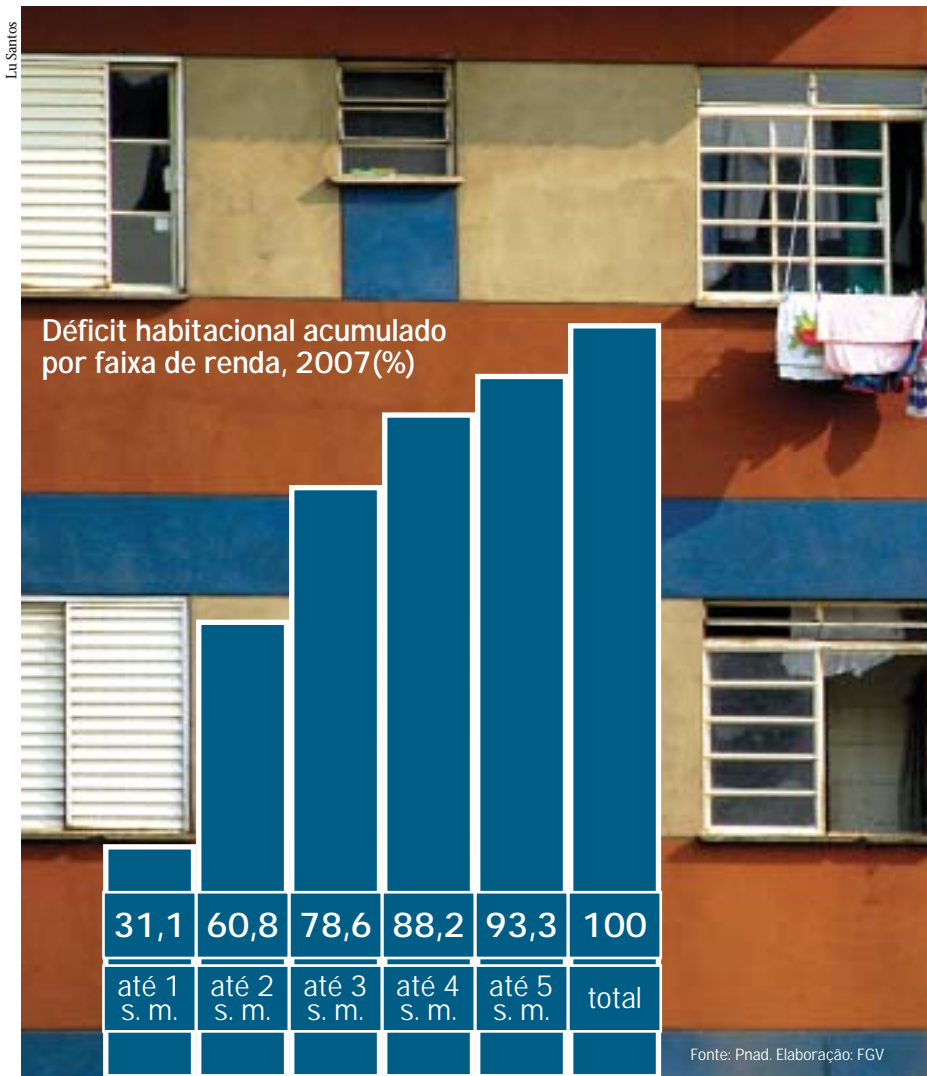
siva, voltada para as famílias compreendidas nessas faixas de renda.

Avanços nos Estados

Do total do déficit por inadequação, 2 milhões de domicílios são classificados pela Pnad como “aglomerados subnormais”, ou seja, favelas. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro concentram mais da metade das moradias nessas condições – o problema também é bastante agudo no Pará, em Minas Gerais e no Ceará. O número de domicílios em favelas cresceu relativamente em quase 45 mil unidades, com atenção para o Pará e o Rio de Janeiro, que responderam por 14.400 e 12.400 unidades, respectivamente – no Estado de São Paulo, o número de moradias em favelas teve um decréscimo de 10.400 unidades.

Considerado o déficit habitacional como um todo, as maiores quedas relativas ocorreram em Estados do Norte e do Nordeste, com destaque para Roraima (5,7 pontos percentuais), Pará (5,7 p.p.), Pernambuco (4,8 p.p.), Amazonas (4,5 p.p.) e Maranhão (4,3 p.p.). Em que pesem as fortes reduções relativas, todos esses Estados apresentam historicamente taxas elevadas de déficit – uma evidência de que muito ainda necessita ser feito. Em termos absolutos, os maiores recuos nas carências habitacionais se deram em São Paulo (159 mil unidades), Pernambuco (88 mil), Bahia (79 mil), Rio de Janeiro (76 mil) e Ceará (58 mil).

Outro indicador calculado pela **FGV Projetos**, o Índice de Desenvolvimento Habitacional (IDHAb), mostra que a evolução das condições de moradia evoluíram de forma quase generalizada. O índice – que considera em seu cálculo o acesso à infra-estrutura de água e esgoto além da inadequação e da coabitação – manteve sua trajetória ascendente em quase todas as unidades da Federação – com exceção apenas do Amazonas e de Rondônia. Um exemplo da evolução do IDHAb no país é o investimento em saneamento – de 2005 a 2007, 11,7 de milhões de brasileiros passaram a ter acesso a esgoto.



Papel estratégico

Os números desse balanço social ilustram o papel estratégico da construção, em especial do segmento habitação e infra-estrutura urbana. Elemento fundamental da formação do investimento da economia, os investimentos em construção têm reflexos intensos e diretos na geração de renda e emprego. Paralelamente, essas inversões aumentam o nível de bem-estar da sociedade, seja por meio de melhores moradias, seja por uma infra-estrutura mais adequada.

Como se sabe, a letargia do crescimento brasileiro a partir das crises externas dos anos 80, acompanhada de um desaparecimento estatal para as políticas de habitação, conformou o país a baixas taxas

de investimento. Por mais de duas décadas, o país conviveu com perspectivas modestas para seu futuro. Mais que um compromisso de um governo específico, nestes últimos anos redescobriu-se a via do desenvolvimento, por meio de expansão do crédito e medidas de fomento da atividade, das quais o PAC é um exemplo. No momento em que se discutem alternativas para evitar uma aceleração acentuada do crescimento, é alentadora a preocupação tanto do governo federal como dos estaduais com a necessidade de não se perder o ímpeto desenvolvimentista. Não há dúvida de que o caminho é esse e que se trata de uma longa via na qual foram dados apenas os primeiros passos.

Uma transição rumo ao futuro

Projeções apontam um crescimento do PIB brasileiro entre 2,8% e 3,8%. Nos dois cenários, a construção crescerá mais que o país

O BALANÇO econômico de 2008 mostra uma determinada capacidade de resistência da economia brasileira com relação à crise internacional. A despeito das incertezas que se agravaram a partir de setembro, o ano deverá se encerrar com resultados bastante positivos. A taxa de crescimento do PIB deverá ser de 5,2%, o que implica chegar uma renda nacional de R\$ 2,8 trilhões. O investimento produtivo avançou ainda mais: o crescimento da formação bruta de capital fixo será algo próximo a 10%, chegando a 18,7% do PIB. Com esses números, este será o terceiro ano sucessivo de alta da taxa de investimento do país, o que garante a expansão da capacidade produtiva e sustenta o crescimento de longo prazo.

Ao aumento da produção e do emprego, seguiu-se uma expansão da demanda. Além do aumento dos investimentos, 2008 também foi um ano bastante positivo para o consumo privado, cuja expansão real deverá superar 6%. Os gastos públicos contribuíram com o forte ritmo da demanda interna, crescendo aproximadamente 5% em termos reais. O valor das exportações brasileiras em moeda nacional deverá avançar mais de 5%. No entanto, o forte aquecimento da demanda interna gerou forte estímulo às importações durante quase todo o ano, o que deve resultar em crescimento de mais de 16% do seu valor em reais.

Ritmo mais lento

No início de 2007, **Conjuntura da Construção** identificou corretamente um cenário “chinês” para o setor. O mesmo se repetiu com relação a 2008, estimava-se um crescimento “entre 10% e 14%”, no qual o investimento de uma forma geral

– das famílias, governo e empresas – seria um elemento determinante desse desempenho. Embora os números mais atualizados ainda se refiram ao terceiro trimestre, há fortes elementos que apontam para um crescimento para a construção de cerca de 10% neste ano. Isso significa que em 2008 a cadeia da construção viveu o período de maior aquecimento dos últimos cinco anos. Trata-se de um ciclo de crescimento acumulado desde 2004 que atingirá 34% em termos reais – em outras palavras, 8 pontos percentuais acima do PIB brasileiro.

O crédito, elemento determinante para o setor, foi ofertado às empresas e às famílias de forma abundante e em condições bastante favoráveis, caracterizando-se mesmo como o motor do processo de expansão. Esse ritmo frenético, essencialmente positivo, trouxe consigo uma série de contratemplos ao logo da cadeia produtiva. As principais questões que afligiram os empresários ao longo do ano foram as incertezas quanto à disponibilidade dos insumos – tanto a capacidade de oferta da indústria de materiais como o contingente de mão-de-obra qualificada disponível no mercado – e o decorrente aumento dos custos de produção.

A dinâmica virtuosa da cadeia produtiva se alterou consideravelmente no último trimestre, com o agravamento da crise mundial, o que teve reflexos notáveis sobre as expectativas e o humor no meio empresarial. A última Sondagem da Construção, realizada em novembro, detectou claramente essa mudança (*ver artigo na pág. 19*). Deterioração semelhante de perspectivas foi observada entre os empresários da indústria de materiais de construção – e pesquisas mostram que o consumidor também está mais cauteloso.

Para a construção, essa deterioração de ambiente sinaliza uma mudança importante nos próximos meses em relação a 2008: o volume de investimento irá se reduzir, o que terá reflexos no ritmo de crescimento do país. Mas há muitas razões para antever um cenário não tão ruim para o setor. Em primeiro lugar, há que considerar as fontes de recursos. O orçamento de 2009 do FGTS não será afetado pela crise. Os depósitos em caderneta de poupança podem até crescer em um cenário de maior instabilidade dos mercados de renda variável. O BNDES deve garantir uma parte importante dos investimentos em infra-estrutura. Além disso, a queda da demanda e a recente mudança do patamar da taxa de câmbio possibilitará um 2009 com menores pressões inflacionárias na construção civil (*ver artigo na pág. 13*). E, por fim, o governo federal e governos estaduais mostraram sólidas intenções de adotar políticas anticíclicas em 2009.

Ajuste mundial

Não dúvida de que 2009 será de ajuste para os países desenvolvidos. Os Estados Unidos devem registrar recessão também em 2009, em razão da forte retração dos investimentos em habitação ocasionada pela quedas dos preços dos ativos imobiliários. Vale mencionar que essa redução de preços – a qual chegou a 45% em algumas regiões da costa leste – foi mais contundente na crise do subprime que a própria inadimplência das famílias – que, na média, não chegou a 5%.

A crise, no entanto, se espalhou por vários setores da economia. É importante notar que os Estados Unidos são a maior e mais dinâmica economia do mundo, com

ritmo bastante elevado de crescimento da produtividade. Além disso, há expectativas de que ajuste do novo governo evitará uma crise financeira mais profunda, com uma recuperação gradual das expectativas. Por esse motivo, é provável uma recuperação sustentada a partir do terceiro ou quarto trimestres de 2009.

A Europa, também entrará em um processo de redução acentuada do ritmo de crescimento em razão da retração dos investimentos em habitação. Os países europeus mais afetados pela crise financeira global são justamente aqueles que tinham nos investimentos habitacionais uma parcela expressiva da formação bruta de capital: Islândia, Irlanda, Portugal, Espanha e Alemanha. Em todos esses países a média dos investimentos habitacionais chegou a representar mais de 25% da formação bruta de capital no período 1995 a 2005.

Em Portugal, por exemplo, os investimentos habitacionais atingiram em 2005 mais de 50% da formação bruta de capital. Embora muito dessas inversões tenha sido em imóveis de veraneio, a elevação do capital habitacional contribuiu com quase a metade do crescimento econômico observado nesse período. Na Espanha, o investimento habitacional elevou-se cerca de três vezes no período de 1985 a 2005, com impacto também bastante significativo sobre o crescimento. Mas o caso da Irlanda é provavelmente o que melhor ilustra essa dinâmica positiva entre o investimento em habitação e o crescimento: entre 1995 e 2005, o capital habitacional do país elevou-se mais de 5 vezes. A taxa média de crescimento econômico foi de 7,5%, com uma contribuição do investimento habitacional superior a 16%.

A crise financeira reduziu o preço dos ativos e o volume de crédito e, conseqüentemente, o ritmo de investimentos. A redução do ritmo de crescimento das atividades será mais intensa na Europa, pois além da crise existe o componente esgotamento da demanda, em razão da falta de dinamismo de alguns de seus países. Os países europeus deverão percorrer



Andre Michelin

O modelo de cenários da FGV Projetos estima um crescimento mundial de no mínimo 1,5% em 2009

um período maior de ajuste, que deve se prolongar ao longo de 2009. Quando se recuperar, o continente deverá voltar a crescer abaixo de 2% ao ano nos próximos dez anos.

A magnitude da desaceleração econômica mundial é outro ponto fundamental do cenário para 2009. A chamada “recessão global” está fora de pauta desde o anúncio e o início de implantação dos pacotes financeiros de combate à crise. Es-

ses pacotes têm algum efeito direto sobre a liquidez, mas levam algum tempo para reverter o quadro negativo das expectativas. De qualquer forma, deve-se evitar o risco de superestimar o quanto uma crise financeira dessa magnitude pode afetar o desempenho econômico mundial. Numa perspectiva histórica, a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento nos anos 80 representou um imbróglio financeiro em escala global, agravado pelo fato de ter sido antecedido por um período de grande elevação do preço do petróleo e das taxas de juros em todo o mundo, mas não houve recessão global, mas uma forte desaceleração. Para 2009, a perda de ritmo do crescimento deve ser atenuada em razão tanto do desempenho de países emergentes, em especial a China, como das fortes medidas anticíclicas adotadas pelas economias desenvolvidas. O modelo de cenários da **FGV Projetos** estima um crescimento mundial de no mínimo 1,5% em 2009.

O Brasil no mundo

Para avaliar a rota de desenvolvimento da economia brasileira em 2009, a questão mais relevante diz respeito aos impactos da crise externa sobre o cenário macroeconômico. O próximo ano – quanto a isso não há dúvida – deverá ser marcado por um menor ritmo de crescimento do PIB, a inflação estará menos pressionada e a taxa de câmbio estará mais alta. Mas o que pode acontecer efetivamente depende de algumas hipóteses em relação aos investimentos das famílias, governos e empresas. A **FGV Projetos** elaborou dois cenários.

No cenário de referência, o mais provável, o PIB deverá avançar 3,8% no próximo ano e o PIB da construção civil 4,7%. Nesse cenário, a formação bruta de capital fixo irá atingir R\$ 557 bilhões, o que trará a taxa de investimento para o patamar de 2007, ou seja, 17,9%. No entanto, as maiores contribuições para a desaceleração devem vir especialmente dos gastos com aquisição de máquinas e equipamentos. Com isso a parcela da construção civil no total da formação bruta de capital, atualmente em 40%, deverá chegar a 42%.

CENÁRIO DE AJUSTE LENTO

O ambiente externo é menos favorável e a incerteza leva ao cancelamento de um número maior de projetos de investimento

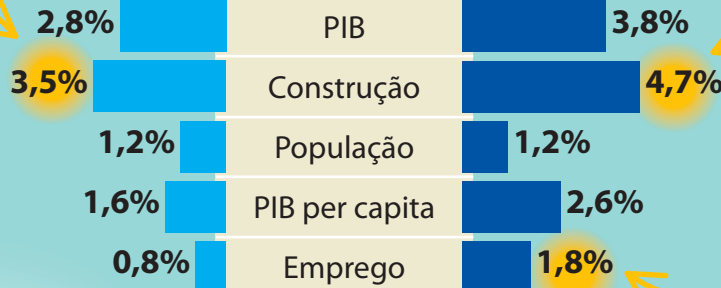
CENÁRIO DE REFERÊNCIA (mais provável)

O nível de investimento é menos afetado, principalmente na construção civil

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Mesmo no cenário mais pessimista (e menos provável) a construção cresce à frente do PIB

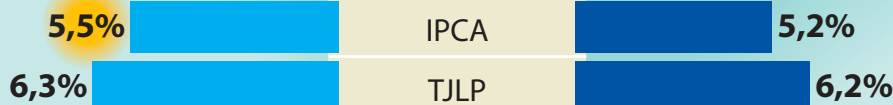
A construção civil deverá desacelerar menos do que o PIB



A inflação permanece dentro do limite da meta

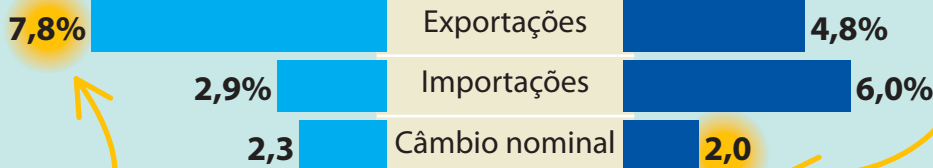
O emprego continua em expansão, favorecendo o consumo

INFLAÇÃO E JUROS



COMÉRCIO EXTERIOR*

Depois de uma fase de sobreajustamento, o câmbio deverá recuar um pouco ao longo do ano



O ambiente externo menos favorável provoca maior alta do câmbio, favorecendo a balança comercial



Obra viária na Marginal Tietê, em São Paulo

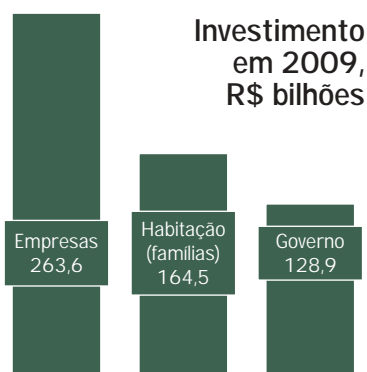


André Michelin

O IPCA se manterá acima do centro da meta, mas os preços dos materiais de construção, menos afetados pela alta do câmbio, deverão crescer menos, e o INCC poderá fechar com alta de 4,5%. Já o consumo, que cresceu mais de 6% em termos reais em 2008, ainda deverá expandir-se a uma taxa elevada, de 5%. O desempenho do consumo é explicado pelas perspectivas de que o nível de emprego continue crescendo, com melhoras em termos qualitativos, com a geração de mais postos de trabalho com carteira assinada.

No segundo cenário, menos provável, a desaceleração é mais intensa em razão de condições externas menos favoráveis. Nesse contexto, a taxa de crescimento do PIB se reduz mais fortemente, fechando 2009 em 2,8%. Um cenário desse tipo se materializaria com o insucesso dos ins-

trumentos anticíclicos que estão sendo adotados na principais economias, com



Fonte: FGV Projetos

o prolongamento do período de incertezas e arrefecimento da atividade econômica por um período mais longo.

O maior desaquecimento da demanda doméstica favorece uma inflação ainda dentro do limite da meta inflacionária, atingindo 5,5%. A construção civil se ressentiria mais que no cenário anterior, mas ainda assim registraria um desempenho superior ao do PIB, com crescimento projetado de 3,5%.

Mas ressalte-se aqui a maior probabilidade de ocorrência do cenário menos pessimista. Além das medidas adotadas pelas economias desenvolvidas e emergentes, no plano interno o engajamento governamental no sentido de que o ímpeto produtivo não perca fôlego é também reflexo das aspirações de uma sociedade que reaprendeu a prosperar. Que o país não perca esse espírito.

(Fernando Garcia, Ana Castelo, Edney Cielici Dias e Robson Gonçalves)

Inflação setorial

Menos pressão à vista

DESDE JANEIRO de 2007, os preços dos materiais de construção subiram mais de 25% no atacado (IPA da FGV) e 15% nas obras (INCC da FGV). Pressões internas e externas se combinaram, forçando a alta de preços. As cadeias mais pressionadas foram a siderurgia (mais de 31% de alta só em 2008), a metalurgia (26%) e os minerais não-metálicos (13,5%). As primeiras, muito influenciadas pela demanda internacional e a última, pelo aquecimento do mercado interno.

Com a crise internacional, o cenário de inflação setorial se altera. Há três movimentos que impactam as perspectivas de 2009: a trajetória da demanda mundial, o nível de equilíbrio do câmbio e o ritmo da demanda interna. É certo que o crescimento da demanda internacional por petróleo, aço e metais não-ferrosos será menor em 2009. O comportamento recente dos preços já demonstra essa tendência. A queda nos preços do petróleo, por exemplo, tem sido tão expressiva que mais do que compensa a alta recente do câmbio, o que deve garantir uma tendência favorável para os preços de materiais como plásticos e tintas, entre outros.

As tendências relatadas acima são boas notícias para a construção. Mas a alta do câmbio continuará sendo anulada pela tendência de queda nos preços internacionais? Ou será que o real continuará a se desvalorizar em 2009, resultando em aumento dos preços de mercadorias em moeda nacional?

Está claro que as importações devem crescer em ritmo menor – o mesmo deve ocorrer com as viagens internacionais. Isso significa que a subida do câmbio tem um efeito autocorretivo, como verificado em 2002 e 2003. Naquele período, a alta do dólar também impulsionou o saldo da balança comercial. Recuperada a confiança, os fluxos de capital se normaliza-

ram, derrubando novamente o câmbio. É muito provável que um movimento semelhante ocorra em 2009, especialmente por conta das condições macroeconômicas mais favoráveis hoje.

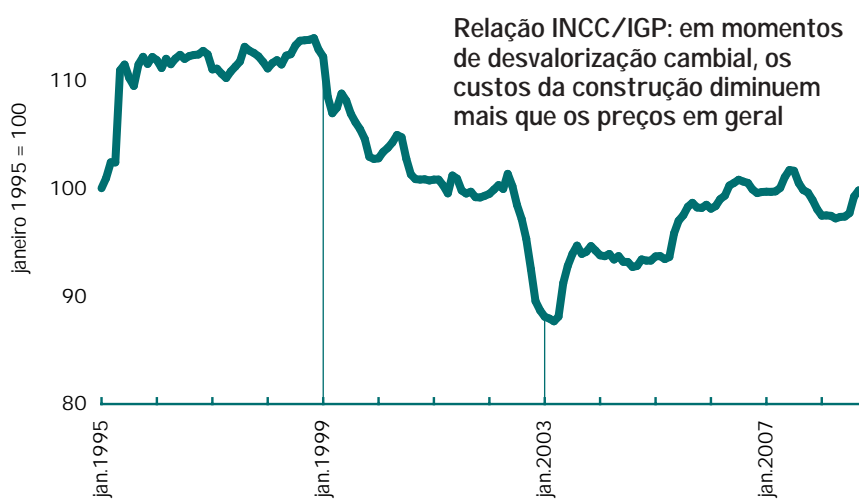
As obras em andamento deverão assegurar um ritmo de atividade em expansão em 2009. Ao mesmo tempo, a queda no ritmo de novos lançamentos residenciais e comerciais reduzirá a pressão adicional de demanda sobre os preços dos materiais e da mão-de-obra.

Tendências

Outubro foi marcado pelo agravamento da crise internacional e, justamente por isso, é um bom mês para avaliar tendências. Quedas expressivas de preços ocorreram nos produtos siderúrgicos (-2%) e metalúrgicos (-1,5%). No geral, os preços dos materiais de construção subiram com menos intensidade no atacado – 0,6%, contra uma média 2% mensais em 2008. Um movimento mais suave, porém semelhante, ocorreu com o INCC, que recuou para 0,8% contra uma média de 1,1% no ano. A prévia do IGP-M de novembro

mostra que esse movimento se intensificou. Houve deflação no atacado e recuo no INCC, que mede os preços na ponta da cadeia. Duas exceções importantes foram os minerais não-metálicos e produtos de material plástico, com altas entre 3,5% e 5%. Os custos com mão-de-obra continuam se elevando, mas com taxas mais moderadas.

Nos últimos anos, em momentos de valorização do real e demanda interna aquecida, os chamados bens não comercializáveis, como os insumos da construção, tiveram altas expressivas de preços. Esse foi claramente o cenário vivido entre 1995 e 1998, quando o INCC ficou muito acima de outros índices como o IPC ou o IGP. O mesmo ocorreu em 2007 e 2008. Quando o câmbio se eleva, o processo se inverte e os custos da construção tendem a crescer menos em termos relativos. Isso já ocorreu entre 1999 e 2003 e se repete hoje. Esse histórico enfatiza no horizonte de 2009 perspectivas de menores pressões inflacionárias para a construção, com o INCC correndo abaixo da elevação dos preços em geral. **(Robson Gonçalves)**



Emprego

Quantidade e qualidade

A CONSTRUÇÃO enfrentou um grande desafio em 2008: dar conta de um número expressivo de novos empreendimentos nas áreas imobiliárias e de infraestrutura. Para conseguir isso, foi preciso muita mão-de-obra. O resultado pode ser percebido pelos sucessivos recordes na contratação de trabalhadores. Mas houve momentos em que dar conta dessa tarefa parecia algo quase impossível: não havia mão-de-obra suficiente para todas as empresas. E o setor teve que empreender uma grande mobilização para treinar os trabalhadores. Em 2009, o desafio será manter o nível de emprego elevado e, principalmente, o contingente de mão-de-obra que foi treinada e qualificada pelas empresas. Apesar das incertezas, as perspectivas são boas.

Vale lembrar que o setor é por natureza um grande empregador. Estimativas da **FGV Projetos** a partir dos dados das Contas Nacionais mostram que, a cada R\$ 1 milhão de dispêndios em produtos do setor, são gerados 33 empregos diretos e mais 25 indiretos. Isso significa que apenas o aumento do VGV das empresas do ramo imobiliário previsto para a região metropolitana de São Paulo para 2009 é capaz de gerar cerca de 50 mil novos postos de trabalho na construção e mais de 37 mil nos demais segmentos da economia.

Em maio, o número de trabalhadores com carteira na construção superou o patamar de 2 milhões e continuou batendo sucessivos recordes a cada mês. No ano, entre janeiro e setembro, foram criadas mais de 350 mil vagas formais em todo país e a taxa de crescimento chegou a quase 18% na comparação com o mesmo período de 2007, uma base considerada elevada. Assim, dizer que o país virou um canteiro de obras pode parecer certo exagero, mas é fato que o crescimento extraordinário das atividades da construção

nos últimos anos tem se refletido de forma bastante intensa não apenas na maior admissão de pessoas, mas na melhoria dos empregos gerados, ou seja, na maior formalização da ocupação.

No entanto o aumento da demanda por mão-de-obra foi tão intenso que muitas empresas passaram a ter problemas para encontrar trabalhadores treinados e qualificados para determinadas funções. No início de 2008, o sentimento de que não haveria trabalhadores para todas as empresas chegou a levar muitas delas a disputar seus profissionais de forma bastante agressiva.

A reação a essas dificuldades foi o movimento, liderado pelas principais insti-

Tudo será diferente?

O setor imobiliário tem uma dinâmica específica. Boa parte das empresas só lança um novo empreendimento após um trabalho de avaliação de seu potencial de sucesso. Depois de efetuado o lançamento, o início das obras depende de muitas variáveis, sendo a principal delas a realização de um percentual mínimo de vendas. Em geral, os trabalhos de construção são iniciados após seis meses do lançamento. Assim, como para muitas empresas o volume de obras irá crescer em 2009, a contratação de trabalhadores na produção também continuará aumentando. No entanto, o ritmo de crescimento das contratações deve refle-



tuções setoriais, de qualificação de mão-de-obra. Assim foi criado o Plano Setorial de Qualificação (PlanSeq), que pretende qualificar famílias cadastradas no Bolsa Família. Além disso, no plano regional foram estabelecidas várias parcerias e convênios entre instituições como o Senai e as empresas privadas. A questão não foi resolvida de forma definitiva, pois o treinamento de trabalhadores requer investimentos elevados e algum tempo para sua concretização.

tir o adiamento e mesmo cancelamento de muitos dos empreendimentos que seriam lançados no último trimestre de 2008. Por esse mesmo motivo, as vagas nas áreas de apoio, tais como plantão de vendas e marketing já começam a ser reduzidas.

No que diz respeito à área de infraestrutura, a crise também não deve provocar grandes mudanças no ritmo de contratações no curto prazo, pois são obras de ciclo longo. (Ana Maria Castelo)

Imobiliário

A rota mais provável

EMPRESÁRIOS DE empresas de diferentes portes da área imobiliária sustentam que o setor vai continuar aquecido em 2009. Mas as dificuldades aumentaram muito e o percurso não será fácil. Percebe-se claramente que boa parte das empresas assumiu uma postura mais conservadora: preferem aguardar para verificar a profundidade de crise. No início do ano, a cautela estará presente de uma forma geral: investidores e famílias vão considerar um cenário no qual as taxas de crescimento são menores e o custo dos recursos mais alto.

Os empresários confirmam que no último trimestre do ano houve uma redução bastante significativa das vendas.



Essa retração associada às dificuldades de crédito tem levado a revisão de boa parte dos lançamentos previstos para esse período. Os lançamentos podem ocorrer daqui a alguns meses ou podem ser suspensos de forma definitiva a partir da reavaliação do cenário, mas um ponto é de relativo consenso: os novos empreendimentos antes de iniciar deverão ter um percentual de vendas efetivadas maior que o que vinha ocorrendo até agora.

A preocupação imediata dos empresários é com a falta de crédito para capital de giro. O financiamento do SFH cobre 80% dos custos de construção. A parte restante vinha sendo complementada pelas captações no mercado e pelos próprios bancos. Esses recursos ficaram escassos e caros ao final de 2008. Isso significa que as empresas têm que contar com recursos próprios. Mas há aquelas que estão descapitalizadas, especialmente por terem assumido uma política de maior risco na compra de terrenos. A ação do governo foi importante para sinalizar confiança ao mercado, ou seja, afastar o fantasma da quebra de empresas. A volta do crédito, mesmo que mais caro, é fundamental para que as empresas possam avançar com novos projetos. No entanto o aprofundamento da crise traz outro receio: a inadimplência. Por enquanto, não houve nenhuma alteração dos indicadores que se mantêm em patamares baixos. Esse receio é também dos compradores, por isso muitas empresas estão assumindo o compromisso de recompra do imóvel com restituição integral das parcelas pagas – o seguro-desemprego é outra opção ofertada por empresas.

Alta atividade

As vendas realizadas até setembro garantem um nível de atividades bastante aquecido ao longo de 2009 e parte de 2010. Se os lançamentos suspensos não forem mais realizados, a taxa de crescimento em relação a 2008 será menor. Estudo realizado pelo Secovi a partir dos dados da Embraesp estimou que o Valor Geral

de Vendas (VGV) entregue em 2008 na região metropolitana de São Paulo será da ordem de R\$ 7,4 bilhões. Para 2009 e 2010, o estudo estima a entrega de um VGV de R\$ 8,9 bilhões e R\$ 12,2 bilhões, respectivamente. Esses números consideram apenas os lançamentos realizados até agosto de 2008 que já começaram ou estão para iniciar. Ou seja, não são considerados lançamentos eventuais de setembro a dezembro deste ano. Assim, mesmo que nada mais seja lançado, o VGV previsto para ser entregue nos próximos dois anos é superior ao de 2008.¹

Muitos empresários acreditam que, nos próximos meses, a redução da demanda deve ocorrer nos segmentos de maior renda, mais afetados por variações patrimoniais. É importante observar que o segmento econômico – imóveis abaixo de R\$ 200 mil – continuará ganhando participação no mercado. Os recursos do FGTS irão garantir crédito abundante e não houve elevação das taxas de juros. O orçamento do FGTS para 2009 será de R\$ 11,8 bilhões, o que representa um aumento de 40% em relação a 2008. Por outro lado, os financiamentos com recursos da poupança não deverão mais repetir o desempenho dos últimos anos: as taxas de crescimento deverão ser bem mais reduzidas.

Muitos empresários do setor acreditam que seria difícil sustentar taxas de crescimento como a de 2008 e que a redução do ritmo traz oportunidades para reorganização do mercado e das empresas. Também será um tempo para reavaliar estratégias e preparar o crescimento. Esse é o cenário que todos desejam. **(Ana Maria Castelo)**

¹ O estudo considerou os preços de lançamento, que serão reajustados de acordo com índice de custos setoriais até a entrega das chaves e depois pelo Índice Geral de Preços.

Infra-estrutura

Resposta à crise

O GOVERNO federal tem reiterado que o ritmo das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) será mantido por se tratar de um elemento anticíclico. Ao longo de 2008, no entanto, alguns investimentos apresentaram atrasos importantes, especialmente no eixo de infraestrutura social e urbana – paralelamente, a escassez de crédito externo tem se mostrado uma ameaça para alguns projetos.

Em outubro, foi publicado o quinto balanço do programa. Nos dez primeiros meses deste ano, houve um crescimento de mais de 34% na alocação de recursos do PAC. Por sua vez, os desembolsos, isto é, pagamentos efetivos, atingiram R\$ 8,2 bilhões, o que representa crescimento de quase 90% frente ao mesmo período de 2007. Das 2.198 ações do programa, 193 já foram concluídas. Os destaques estão nos eixos de logística e energia: avanço da Ferrovia Norte-Sul, entrega de 54 embarcações para a marinha mercante e extensão de quase 3.000 km em linhas de transmissão de energia elétrica. Quanto às ações em andamento, 87% foram consideradas pelo governo como tendo ritmo satisfatório, 5% exigem atenção e 1% está em condição preocupante.

Quais as perspectivas para os próximos anos? Em boa medida, o avanço decorreu da melhoria dos processos de gestão, especialmente nas interfaces entre os diferentes órgãos do poder público. Nesse sentido, destaca-se a ação do Comitê Gestor do programa junto ao Tribunal de Contas da União, que resultou na liberação de 65 empreendimentos, e ao Ibama, que concedeu 43 licenças ambientais. Os impactos dessas ações devem ser sentidos desde já e nos próximos dois anos.

Financiamento

A escassez de recursos externos está sendo enfrentada com uma ação incisiva

dos bancos públicos, os principais financiadores dos projetos de infraestrutura. Destaca-se a ação combinada do BNDES, cujos desembolsos para projetos de infraestrutura estão sendo mantidos, e da Caixa Econômica Federal, principal agente dos programas habitacionais e de saneamento. Em um contexto de crise, no entanto, há o risco de cortes orçamentários que podem comprometer os investimentos do governo federal. Mas, diferentemente do ocorrido em crises do passado, o setor público está em situação confortável. Uma mostra disso é a relação dívida pública/PIB, que tem caído continuamente nos últimos anos, de cerca de 49% em 2003 para menos de 40% hoje. Até mesmo a alta da taxa de câmbio tem efeito benéfico sobre as contas públicas, uma vez que o governo é hoje credor líquido em moeda estrangeira.

Mas o PAC ainda tem obstáculos a superar. No eixo de energia, por exemplo, a queda acentuada dos preços do petróleo está levando a Petrobras a redimensionar os investimentos em prospecção, focando as reservas do pré-sal em detrimento dos campos maduros. Os impactos diretos sobre a construção civil são limitados. Mas, dado que a parcela da estatal nos projetos do PAC é muito expressiva, esse fato pode ter efeito relevante sobre o total dos gastos previstos no programa.

Por sua vez, a infraestrutura social e urbana continua sendo o ponto fraco. Segundo o próprio governo, esse é o eixo com o maior percentual de obras em ritmo inadequado (31%). Mais de 65% das ações ainda estão em fase de licenciamento, de projeto ou em licitação. Das 564 mil ligações do Projeto Luz para Todos, foram realizadas até setembro apenas 305 mil, colocando em risco a meta de universalização.

A falta sinergia entre o setor público e o privado é ainda um problema. O programa previa investimentos de mais de R\$ 40 bilhões em saneamento até 2010. Mas, dos R\$ 8 bilhões alocados para projetos da iniciativa privada em 2008, só devem ser liberados R\$ 2 bilhões. O governo afirma que há baixo interesse das empresas, o que deverá resultar no remanejamento de recursos para outras áreas.

A Abdib (Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústria de Base), por sua vez, aponta dificuldades em convencer os governos estaduais e municipais a estabelecerem parcerias com o setor privado. A participação do setor privado tem crescido, mas está concentrada em projetos pequenos, pulverizados em cidades de menor porte. A conclusão é que as relações entre o setor privado e os governos locais deveriam merecer mais atenção a fim de garantir o ritmo dos investimentos nos próximos anos. **(Robson Gonçalves)**

Investimentos em saneamento no segundo quadrimestre de 2008

Investimentos	Valores contratados (R\$ bilhões de 2007)		
	Governo Federal	Outras fontes	Total
Regiões metropolitanas, capitais e municípios com mais de 150 mil hab.	14,3	3,7	18,0
Municípios entre 50 e 150 mil hab.	0,8	0,2	1,0
Municípios com até 50 mil hab.	2,2	0,1	2,3
Financiamentos ao setor privado	1,0	0,3	1,3
Total	18,3	4,3	22,6

Fonte: Comitê Gestor do PAC

OPINIÃO

A crise internacional e as finanças municipais

Francisco Humberto Vignoli

Professor da Fundação Getúlio Vargas e coordenador da FGV Projetos na área de Gestão Pública Municipal

Francisco Rózsa Funcia

Professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e consultor da FGV Projetos

AS ELEIÇÕES municipais de outubro foram realizadas sob o estigma da crise econômica e das discussões iniciais sobre seus efeitos para a economia mundial e, especialmente, para a economia brasileira. Originada em meados de 2007 no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco (subprime), a crise adquiriu proporções gigantescas, principalmente após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro, colocando em xeque toda a arquitetura financeira montada desde a década passada. Os derivativos de crédito e os novos produtos financeiros baseados no crédito imobiliário exponencializaram os prejuízos, redistribuindo os riscos decorrentes para uma grande variedade de instituições financeiras no mundo. Nesse quadro, a “revelação” dos prejuízos ocultos acompanhado da desvalorização dos ativos de grandes instituições financeiras, a crise de confiança gerada pelos problemas de solvência dessas instituições, a paralisação do mercado de crédito e de desconto bancário, entre outros acontecimentos, demonstravam que estava em curso uma crise que atingia a todos os mercados.

Portanto, em plena campanha eleitoral, em que propostas, promessas e diagnósticos – no mais das vezes, totalmente descolados da realidade – eram apresentados, os acontecimentos econômicos se desenhavam desalentadores. Em que medida a crise afetaria a economia brasileira e, por consequência, os planos de governo dos futuros prefeitos?

A cada dia novas notícias davam conta de uma crise em que os analistas econômicos não se arriscavam a prever qual

seria o seu fim, assim como, a cada dia, novas análises eram apresentadas sobre os efeitos dessa crise para a economia brasileira. Ficava cada vez mais claro que o mercado sem regulação morre de overdose, da mesma forma que ficava claro também que muitas das análises apresentadas sobre a economia brasileira tinham um grau de pessimismo exacerbado.

Quando emergiu a crise, a economia brasileira apresentava sinais de um vigoroso crescimento sustentado, que deve assegurar um crescimento econômico em torno de 5,2% em 2008, baseado, principalmente, na grande expansão do mercado interno, com os investimentos crescendo mais do que o consumo. Os

A desaceleração não pode servir para os prefeitos eleitos justificarem o não-cumprimento de promessas

fundamentos macroeconômicos estão sólidos, assegurados pelo nível de reservas internacionais, pela diminuição da relação dívida interna/PIB, assim como pelo fato de o país não apresentar os sinais de vulnerabilidade externa que marcaram a década passada.

Embora não tenha havido um contágio imediato para a economia brasileira, no decorrer de outubro a situação começou a mudar: as quebras e perdas de instituições financeiras provocaram uma retração acentuada dos créditos internacionais, que teve como consequência a paralisação do financiamento externo das exportações e a diminuição da liquidez para as empresas, tornando o crédito interno cada vez mais caro.

As medidas iniciais adotadas pelo governo federal visaram injetar recursos na economia por meio da redução do compulsório bancário e da agilização e ampliação do escopo das operações de desconto junto ao Banco Central. Com relação ao mercado cambial, além dos leilões de venda de dólares com compromisso de recompra e de *swaps* simples, foram também vendidos dólares no mercado à vista, não só com o objetivo de irrigar as operações de compra e venda de mercadorias para o exterior, mas também com a finalidade específica de estancar a disparada do câmbio. Em um segundo momento, foram adotadas as seguintes medidas:

- aumento do volume de recursos para o Plano de Safra 2008/09;
- antecipação dos desembolsos do Banco do Brasil para a safra 2008-09;
- ampliação dos financiamentos rurais;
- aumento do crédito direcionado para a agricultura;
- aumento do crédito em bancos públicos;
- manutenção da TJLP em 6,25% a.a.;
- aumento no volume de recursos disponíveis para o Fundo da Marinha Mercante;
- liberação de mais recursos para o BNDES via empréstimo do Tesouro Nacional;

- liberação de recursos do BNDES direcionados para o capital de giro das empresas;
- criação de uma linha de crédito para financiar capital de giro e consolidação de empresas de capital aberto no setor de construção civil.

Nesse quadro, quais são as perspectivas para o próximo ano?

Haverá um desaquecimento do mercado imobiliário. A magnitude desse ajuste pelo qual o setor da construção civil irá passar vai depender do efeito das medidas específicas recém-adotas pelo governo federal para o setor.

Ocorrerá também uma leve pressão inflacionária provocada pelo aumento dos preços dos produtos com elevada utilização de insumos importados como decorrência da desvalorização do real. Em decorrência, haverá uma redução do crescimento econômico, mas, é bom que se frise, sem recessão, muito embora os arautos das profecias auto-realizáveis tenham em afirmar o contrário.

Papel dos prefeitos

O governo federal assim como os governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais têm deixado absolutamente claro, por meio das medidas adotadas, que garantirão a demanda efetiva como forma de estimular o gasto do setor privado. Sendo assim, em que pese as restrições colocadas à manutenção do crescimento econômico nos níveis em que vinha ocorrendo, isso não pode servir de desculpa para os prefeitos eleitos justificarem o não-cumprimento de suas promessas de campanha. Eles também devem fazer a sua parte nesse processo.

Se as exigências da sociedade sobre os orçamentos locais podem parecer ilimitadas, principalmente nesse novo cenário da economia, deve-se considerar também que a capacidade do povo de pagar por essas exigências são bem limitadas. A solução fácil de aumentar impostos para fazer frente às promessas de campanha será, de maneira crescente, repudiada, na medida em que a carga tributária é, sabidamente, muito elevada.

É preciso lembrar que os projetos de lei orçamentária ainda em tramitação foram encaminhados ao respectivo Poder Legislativo Municipal ao final de setembro, sendo que 30 dias antes a projeção da receita para 2009 foi disponibilizada para avaliação técnica dos vereadores, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso quer dizer que eventuais impactos negativos sobre a arrecadação, decorrentes da queda da atividade econômica, não foram considerados, uma vez que a gravidade do quadro foi efetivamente sentida a partir da segunda quinzena de setembro. Por exemplo, como já está claro que haverá queda no ritmo de crescimento da economia, em comparação ao verificado neste ano, faz-se necessário uma revisão da projeção da arrecadação do ISS, bem como das transferências do ICMS e FPM.

Nesse contexto, a gestão fiscal responsável é indispensável para enfrentar a queda do nível da atividade econômica. Primeiramente, há que se avaliar o volume de restos a pagar gerados neste ano que é o último do atual mandato iniciado em 2005, comparativamente à disponibilidade de caixa em 31 de dezembro, que deveria ser suficiente para o pagamento desses compromissos em 2009, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. Caso contrário, parcela da receita daquele ano deverá ser alocada para pagamento de compromissos de anos anteriores, em detrimento da programação do próprio exercício. Além disso, a reavaliação das despesas deve ser elaborada, priorizando as ações de combate ao desperdício na manutenção da máquina pública.

É preciso também estabelecer, como uma das medidas de ação imediata, o planejamento da ação fiscal de combate à inadimplência e à sonegação, com investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento da inteligência fiscal. Afinal, a crise não pode servir de argumento para justificar uma postura de conivência do poder público com a ilegalidade.

Convém destacar que a participação dos municípios nas despesas públicas

é expressiva e próxima dos países mais desenvolvidos. Respondem por aproximadamente 30% do total de gastos de consumo e por cerca de 40% do total de investimentos fixos da administração pública. Isso implica uma crescente atuação dessas esferas de governo, principalmente na prestação de serviços na área social.

É preciso lembrar que déficit nas contas públicas municipais representa, na prática, um “calote” aos fornecedores de bens e serviços ou um atraso no pagamento do funcionalismo. Além de descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, isso poderá aumentar a crise, à medida que reduz, entre outros, o capital de giro das empresas e a capacidade de consumo da sociedade, gerando um círculo vicioso de caráter recessivo.

Entretanto, considerando que, em média, cerca de 2/3 da receita disponível decorre das transferências intergovernamentais, compete ao governo federal, por meio do BNDES, bancos públicos federais, ou mesmo do Tesouro Nacional, a criação de linhas de financiamento, principalmente de investimentos, para os municípios.

Esse nível de governo, por seu turno, pode buscar renegociar o perfil da dívida de longo prazo (dívida fundada) com os credores, visando reduzir os encargos e aumentar o prazo de pagamento. Mas deve adotar medidas de racionalização dos gastos públicos, mediante o aprimoramento da gestão de custos, com o intuito de maximizar a utilização de recursos para a manutenção da máquina pública e, ao mesmo tempo, combater o desperdício e os eventuais desvios de finalidade do uso da máquina administrativa.

Nesse sentido, o que se deseja é que o gasto público seja realizado com eficiência, reduzindo substancialmente o custeio da máquina pública. Isso poderá ser alcançado se contratos forem renegociados, se o desperdício for severamente combatido, se as compras governamentais forem realizadas de maneira adequada. Dessa maneira haverá recursos para os investimentos necessários ao atendimento das demandas da sociedade.

Sondagem

Expectativas indicam cautela

Robson Gonçalves

A ÚLTIMA Sondagem da Construção ocorreu justamente após o agravamento da crise internacional, entre os meses de outubro e novembro. Em boa medida, os números da pesquisa mostram o impacto e as diferentes visões desse contexto econômico. Por isso, as expectativas devem ser analisadas com atenção redobrada, pois, em regra, o pessimismo se instala no meio empresarial com maior velocidade do que a recuperação do otimismo. Como pondera Sergio Watanabe, presidente do SindusCon-SP, a propagação da crise e o anúncio das medidas para combatê-la ocorreram de forma muito rápida. Isso pode ter dificultado a avaliação dos empresários, refletida na sondagem. E, quando o horizonte de planejamento torna-se incerto, os empresários respondem com relativo pessimismo. “Pisar no acelerador no meio do nevoeiro é imprudência”, resume Watanabe.

Estresse financeiro

Os resultados mostram que o nível de atividade continuava elevado no momento da pesquisa. Mesmo tendo recuado 14% no trimestre, o indicador de desempenho revelou permaneceu acima de 50, uma avaliação ligeiramente positiva. Em razão do ótimo desempenho do setor até setembro, esse era um resultado esperado. Mas nota-se que reversão das expectativas de crescimento para 2009 afetou o ânimo dos empresários. Por conta disso, o indicador de expectativas de desempenho recuou fortemente, passando para o campo negativo (abaixo de 50).

Para Watanabe, um pequeno desaquecimento no próximo ano poderia até ser bem-vindo, desde que se tenha um horizonte de recuperação. Isso porque

alguns elos da cadeia da construção deram sinais de fadiga ao longo do ano, e a inflação setorial era o grande reflexo disso. O que gerou relativo pessimismo foi a rapidez com que os fatos aconteceram em outubro. Em alguns momentos, empresários chegaram a acreditar que a construção passaria relativamente imune à crise em 2008. Nesse sentido, a deterioração repentina do quadro econômico, especialmente no cenário internacional, gerou um autêntico choque de expecta-



Li Sannes

Houve melhora na percepção dos empresários com relação aos custos de materiais

tivas. Por isso a repercussão, captada pela sondagem, foi tão forte.

Outro fato marcante é que, para a construção, a crise atual tem múltiplas faces. As empresas grandes, por exemplo, especialmente as S.A., já vinham sentindo

os efeitos da crise desde o início do ano, quando o mercado se fechou para novas aberturas de capital. Entre outubro e novembro, no entanto, predominaram elementos que afetaram todo o setor. O grande exemplo foi a redução da liquidez, exigindo do governo medidas para irrigar o mercado. Esse estresse financeiro foi captado pela sondagem. O indicador de dificuldades financeiras piorou mais de 20% no trimestre e cerca de 42% na comparação com novembro de 2007.

Por fim, as medidas de combate à crise também estão tendo impactos múltiplos, ainda não detectados com clareza. A possibilidade de que a Caixa Econômica Federal adquira debêntures das construtoras, conversíveis em ações, opção em princípio rejeitada pelo setor, só teria eficácia para as poucas empresas de capital aberto. Já o direcionamento de recursos vinculados das cadernetas de poupança para o capital de giro tem impacto muito mais amplo.

O país e o setor

A sondagem revelou ainda que os empresários estão mais preocupados com as perspectivas da economia como um todo do que com o crescimento do próprio setor das construções. Como não poderia deixar de ser, as expectativas de crescimento do país para 2009 se reduziram. Na comparação anual, o recuo foi da ordem de 50%, jogando o indicador para o campo pessimista (abaixo do valor de 50).

Essa queda foi bem mais acentuada do que a do indicador de desempenho das próprias empresas da construção. Segundo a análise de Watanabe, pode-se dizer que isso é resultado do chamado “efeito carregamento”. As obras em andamento no final de 2008 garantirão um bom

Desempenho e perspectivas das empresas da construção¹

	Brasil			São Paulo		
	Mês	Variação (%)		Mês	Variação (%)	
	Nov.08	Trimestre	Ano	Nov.08	Trimestre	Ano
Desempenho da empresa	51,3	-14,4	-6,8	50,5	-15,0	-7,4
Dificuldades financeiras	62,9	20,3	41,9	64,4	20,0	42,2
Perspectivas de desempenho	43,5	-28,9	-27,4	43,1	-28,8	-27,6
Perspectivas de evol. de custos	45,3	20,2	9,7	45,1	16,9	7,9
Condução da política econômica	41,3	-13,1	-24,6	40,8	-14,1	-26,3
Inflação reduzida	40,5	23,8	-26,3	41,3	25,9	-24,7
Crescimento econômico	30,3	-45,4	-50,1	30,6	-45,0	-49,4
Questões adicionais da sondagem de final de ano (perspectivas para 2009)						
Crédito imobiliário	39,9	-	-46,6	40,2	-	-45,5
Mercado de capitais como fonte de recursos	30,0	-	-58,8	30,0	-	-58,9
Securitização de recebíveis	43,3	-	-35,9	44,1	-	-35,1
Licenciamento ambiental	38,6	-	98,7	38,6	-	103,2
Lançamentos para média/baixa renda	52,7	-	-23,5	53,4	-	-21,6
Lançamentos para alta renda	51,6	-	45,0	52,5	-	46,3
Investimentos em infra-estrutura	79,8	-	32,7	79,2	-	32,6
Predomínio das obras de infra-estrutura	89,6	-	78,1	89,8	-	78,5
Obtenção de mão-de-obra qualificada	30,4	-	63,7	30,5	-	64,4
Fornecimento de materiais de construção	45,5	-	40,7	44,1	-	36,7
Questões adicionais da sondagem de final de ano incluídas na última edição (perspectivas para 2009)						
Condições de crédito para as empresas	24,9	-	-	24,6	-	-
Número de lançamentos	21,1	-	-	20,8	-	-
Condições de financiamento para comprador	26,6	-	-	26,2	-	-

Fonte: SindusCon-SP/FGV Projetos. ¹Os dados apresentados na tabela estão dispostos numa escala que vai de "0" a "100", tendo o valor "50" como centro. Isso quer dizer que valores abaixo de "50" podem ser interpretados como um desempenho, ou perspectiva, não favorável. No caso de dificuldades financeiras, no entanto, valores abaixo de "50" significam dificuldades menores.

nível de atividade para boa parte do ano de 2009. Isso demonstra a capacidade do setor de resistir aos momentos de crise. A grande dúvida refere-se à extensão desse mau momento. Em um cenário de progressiva melhora ao longo de 2009, a capacidade de a construção voltar a crescer em bases sólidas é real. Maiores preocupações virão caso a crise atual seja mais longa.

Outro contraste interessante entre o país e o setor da construção se refere à inflação. Como resultado da desaceleração, houve melhora na percepção dos empresários com relação aos custos de materiais. Na sondagem nacional, a melhora do indicador de custos chega a 20% no

trimestre e quase 10% no ano. No Estado de São Paulo, essa melhora foi de 17% e 8%, respectivamente. Por sua vez, avaliação relativa à inflação em geral também melhorou no trimestre, mas foi pior do que em novembro de 2007. Esses resultados confirmam a percepção de que a desaceleração setorial deve reduzir os níveis elevados de tensão ao longo da cadeia da construção, gerando menores descompassos entre oferta e demanda por materiais e mão-de-obra.

Conjuntura e estrutura

A última edição anual da sondagem traz sempre um conjunto adicional de questões com o objetivo de aprofundar a aná-

lise conjuntural e estrutural do setor. Os resultados de 2008 mostram que a construção continua vítima de velhos problemas estruturais, como a burocracia fiscal e tributária e as dificuldades de obtenção de licenciamento ambiental. Mas as questões conjunturais ligadas às perspectivas para 2009 merecem atenção.

Como esperado, as empresas do setor não estão vendo no mercado de capitais uma alternativa importante para a obtenção de recursos em 2009. Nas palavras do presidente do Sinduscon-SP, não há no horizonte nenhuma perspectiva de que esse canal de capitalização das empresas seja reaberto. Novas aberturas de capital só virão quando a confiança dos investidores, nacionais e estrangeiros, for plenamente restaurada. E isso não se dará em questão de meses. Como reflexo das condições vividas no momento da sondagem, a percepção do setor é de que a securitização de recebíveis será mais difícil em 2009 e que o volume total de crédito para a construção irá se reduzir.

Em razão de uma percepção de piora nas condições de crédito para os compradores e, especialmente, para as construtoras, os empresários do setor se mostraram moderadamente pessimistas quanto ao crescimento do número de lançamentos em 2009.

Persistem preocupações com a oferta de mão-de-obra qualificada e com o fornecimento de materiais de construção no próximo ano. Ambos os indicadores permaneceram no campo do pessimismo (abaixo de 50). Esse fato está em linha com a percepção de que a crise atingiu o setor em um momento de crescimento acelerado. No entanto, a sondagem detectou claro alívio na percepção dos empresários com relação a essa escassez. Na comparação com 2007, os indicadores de preocupação com obtenção de mão-de-obra qualificada e fornecimento de materiais para o próximo ano melhoraram 64% e 41%, respectivamente.

Em resumo, a diversidade de impactos da crise é a tônica no setor da construção hoje. O denominador comum é a incerteza, que recomenda cautela.



INDICADORES DA CONSTRUÇÃO

- 22 Materiais de construção – consumo e produção
- 23 Mercado imobiliário
- 24 Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
- 25 Investimentos em habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana
- 26 Custo da construção residencial no Estado de São Paulo
- 27 Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo
- 28 Emprego da construção por Estados
- 29 Emprego da construção por Estados
- 30 Emprego da construção brasileira por segmento
- 31 Emprego da construção paulista por segmento

Materiais de construção – consumo e produção

Período	Consumo de Cimento						Vergalhões – Brasil						Produção Brasileira de Materiais de Construção (Índice: Média de 2002 = 100)	
	Brasil			São Paulo			Produção			Consumo Aparente				
	Mil T	Variação (%)		Mil T	Variação (%)		Mil T	Variação (%)		Mil T	Variação (%)			
		No Mês	No Ano		No Mês	No Ano		No Mês	No Ano		No Mês	No Ano		
2000	39.394	-	-1,9	11.860	-	1,2	2.365	-	-2,8	2.163	-	-1,3	99,47	
2001	38.264	-	-2,9	11.263	-	-5,0	2.598	-	9,9	2.366	-	9,3	88,93	
2002	37.620	-	-1,7	10.657	-	-5,4	2.658	-	2,3	2.407	-	1,8	92,44	
2003	33.562	-	-10,8	9.525	-	-10,6	2.605	-	-2,0	1.858	-	-22,8	88,28	
2004	33.923	-	1,1	9.129	-	-4,2	2.718	-	4,3	2.145	-	15,5	94,47	
2005	35.422	-	4,4	9.347	-	2,4	2.594	-	-4,6	1.924	-	-10,3	101,02	
2006	40.775	-	15,1	10.520	-	12,6	2.982	-	15,0	2.283	-	18,6	100,54	
2007	45.003	-	10,4	11.449	-	8,8	3.214	-	7,8	2.640	-	15,6	105,72	
2008	33.512	-	15,0	8.841	-	18,4	3.293	-	24,8	2.979	-	37,4	128,56	
2005	Nov	3.194	3,9	3,9	876	10,7	1,3	229	1,0	-6,3	166	-3,2	-12,4	104,76
	Dez	3.114	-2,5	4,4	822	-6,1	2,4	203	-11,5	-4,6	147	-11,8	-10,3	101,02
2006	Jan	3.319	6,6	23,9	792	-3,7	22,6	226	11,5	14,4	171	16,5	17,8	100,41
	Fev	2.923	-11,9	18,9	701	-11,5	10,0	228	0,9	11,6	165	-3,7	21,5	95,38
	Mar	3.541	21,1	20,2	916	30,7	12,9	237	3,8	10,7	216	31,1	25,7	108,07
	Abr	2.978	-15,9	16,9	781	-14,7	10,6	259	9,6	11,0	171	-20,5	22,1	97,58
	Mai	3.522	18,3	18,4	937	19,8	13,6	254	-2,0	12,2	197	14,7	21,7	107,42
	Jun	3.260	-7,4	16,8	876	-6,5	13,2	239	-6,0	11,3	191	-3,1	20,3	103,03
	Jul	3.469	6,4	16,9	925	5,7	14,2	259	8,3	14,2	191	0,1	20,2	108,28
	Ago	3.781	9,0	16,5	968	4,6	13,9	267	3,3	15,0	217	13,5	20,1	113,60
	Set	3.552	-6,1	16,5	914	-5,6	13,9	266	-0,5	15,5	210	-3,2	20,0	107,04
	Out	3.607	1,6	16,6	926	1,3	14,2	279	4,7	16,2	206	-1,9	20,0	111,17
	Nov	3.577	-0,8	16,2	960	3,8	13,7	273	-1,9	16,5	190	-7,5	19,4	108,70
	Dez	3.246	-9,2	15,1	825	-14,1	12,6	196	-28,4	15,0	160	-16,0	18,6	100,54
2007	Jan	3.419	5,3	3,0	815	-1,3	2,9	254	29,9	12,5	185	15,6	8,1	102,20
	Fev	3.035	-11,2	3,4	797	-2,2	8,0	235	-7,6	7,7	171	-7,3	6,1	96,85
	Mar	3.713	22,4	3,9	964	20,9	7,0	259	10,2	8,3	217	26,6	3,9	111,50
	Abr	3.408	-8,2	6,4	851	-11,7	7,4	253	-2,3	5,3	199	-8,4	6,8	104,75
	Mai	3.708	8,8	6,1	956	12,3	6,2	284	12,5	6,7	230	15,8	8,9	112,79
	Jun	3.726	0,5	7,5	959	0,4	6,8	276	-3,0	8,1	212	-7,9	9,3	108,47
	Jul	3.851	3,3	8,0	976	1,7	6,6	264	-4,4	7,2	217	2,6	10,0	113,57
	Ago	4.291	11,4	8,8	1.151	18,0	8,3	266	1,0	6,2	238	9,7	10,0	119,08
	Set	3.866	-9,9	8,8	1.005	-12,7	8,5	266	-0,1	5,4	232	-2,6	10,1	112,59
	Out	4.337	12,2	10,0	1.106	10,1	9,7	282	6,1	5,0	268	15,3	12,2	122,69
	Nov	4.073	-6,1	10,4	1.014	-8,4	9,3	308	9,2	5,8	253	-5,6	14,0	115,49
	Dez	3.575	-12,2	10,4	856	-15,6	8,8	267	-13,5	7,8	219	-13,5	15,6	105,72
2008	Jan	4.045	13,1	18,3	1.026	19,9	25,9	295	10,5	15,9	250	14,4	35,3	113,87
	Fev	3.703	-8,4	20,1	1.013	-1,2	26,5	268	-8,9	15,2	235	-6,1	36,2	109,06
	Mar	3.809	2,9	13,7	1.028	1,5	19,1	309	15,1	16,6	250	6,3	28,3	117,58
	Abr	4.112	8,0	15,4	1.049	2,0	20,2	314	1,5	18,5	280	12,3	31,6	116,69
	Mai	4.172	1,5	14,8	1.073	2,2	18,4	305	-2,9	16,0	289	2,9	30,2	120,15
	Jun	4.209	0,9	14,5	1.143	6,5	18,6	298	-2,0	14,6	289	0,1	31,3	121,79
	Jul	4.829	14,7	16,2	1.288	12,7	20,6	347	16,2	17,1	312	7,8	33,1	130,69
	Ago	4.633	-4,1	15,0	1.220	-5,3	18,4	375	8,1	20,1	339	8,7	34,4	130,50
	Set	-	-	-	-	-	-	369	-1,5	22,2	367	8,3	37,3	128,56
	Out	-	-	-	-	-	-	414	12,3	24,8	369	0,6	37,4	-

Mercado imobiliário

Período	Velocidade de Venda (%)						Lançamentos						
	Belo Horizonte	Porto Alegre	São Paulo	Goiás	Recife	Fortaleza	Município de São Paulo			RMSP			
							Unidades	Variação (%)		Unidades	Variação (%)		
								No Mês	Em 12 Meses		No Mês	Em 12 Meses	
2000	8,0	7,8	8,6	5,1	7,8	7,1	29.666	-	12,6	37.963	-	15,2	
2001	8,8	6,3	7,6	4,9	6,6	5,2	23.785	-	-19,8	32.748	-	-13,7	
2002	8,0	6,5	8,4	6,9	6,4	5,0	21.157	-	-11,0	29.875	-	-8,8	
2003	6,6	4,5	7,1	5,9	4,1	5,3	26.367	-	24,6	34.544	-	15,6	
2004	6,9	4,1	7,6	5,8	3,6	3,6	22.315	-	-15,4	27.203	-	-21,3	
2005	7,5	4,4	8,8	5,4	4,4	5,5	25.287	-	13,3	33.744	-	24,0	
2006	8,4	6,6	12,1	4,3	4,8	5,3	25.389	-	0,4	34.427	-	2,0	
2007	12,9	12,0	16,2	4,8	6,3	6,3	38.536	-	51,8	59.403	-	72,5	
2008	19,8	15,2	15,4	4,9	7,9	8,9	29.021	-	11,3	53.725	-	48,4	
2005	Nov	9,2	4,8	9,0	3,2	5,2	4,0	2.793	3,5	1,0	3.217	6,0	12,5
	Dez	8,8	5,3	11,3	2,5	3,5	4,2	4.418	58,2	13,3	5.974	85,7	24,0
2006	Jan	7,7	3,7	6,1	2,9	3,5	5,8	327	-92,6	8,6	448	-92,5	19,5
	Fev	7,4	3,4	8,3	3,3	4,1	3,6	836	155,7	4,5	1.044	133,0	15,5
	Mar	9,0	5,6	9,9	4,5	4,2	5,1	1.561	86,7	0,5	2.068	98,1	8,4
	Abr	8,2	10,3	10,9	6,0	5,9	4,6	1.699	8,8	0,5	2.747	32,8	10,2
	Mai	9,4	10,5	12,6	5,0	6,7	3,6	2.403	41,4	1,2	3.746	36,4	8,0
	Jun	7,7	8,4	15,2	4,5	4,1	4,6	2.719	13,2	10,7	3.797	1,4	15,2
	Jul	7,4	5,7	11,4	7,6	4,2	6,4	1.116	-59,0	13,4	1.721	-54,7	17,4
	Ago	8,6	7,1	12,8	4,9	4,1	6,2	2.442	118,8	7,8	2.714	57,7	9,1
	Set	11,4	6,4	13,8	3,5	4,8	7,5	1.748	-28,4	6,8	2.746	1,2	3,9
	Out	9,6	6,4	12,7	1,7	4,4	6,1	2.241	28,2	10,3	2.965	8,0	9,1
	Nov	7,8	5,4	16,0	5,3	6,2	4,9	3.551	58,5	10,8	4.585	54,6	13,2
	Dez	6,6	6,2	15,1	2,5	4,8	4,8	4.746	33,7	0,4	5.846	27,5	2,0
2007	Jan	9,3	5,0	7,4	2,4	5,7	8,4	501	-89,4	3,7	887	-84,8	5,4
	Fev	10,6	5,5	9,1	1,9	4,4	5,8	869	73,5	7,1	1.340	51,1	9,3
	Mar	10,3	8,3	15,2	5,7	5,5	6,9	3.266	275,8	17,2	4.094	205,5	19,5
	Abr	13,0	7,5	12,8	5,5	5,7	4,4	2.698	-17,4	20,2	3.916	-4,3	19,6
	Mai	6,9	12,6	17,6	3,0	5,1	4,1	2.634	-2,4	18,3	4.535	15,8	19,1
	Jun	16,2	7,4	17,4	3,4	6,6	10,5	3.193	21,2	13,7	3.948	-12,9	13,5
	Jul	17,2	18,2	14,1	3,6	6,6	6,2	1.666	-47,8	14,7	2.650	-32,9	14,7
	Ago	19,5	17,2	16,5	3,3	6,9	7,0	1.960	17,6	13,5	2.468	-6,9	16,0
	Set	8,9	19,6	26,1	6,0	8,1	6,4	4.879	148,9	30,1	6.630	168,6	31,9
	Out	12,1	15,7	19,8	9,0	7,0	5,2	5.943	21,8	47,7	8.850	33,5	49,9
	Nov	11,2	10,1	15,9	4,8	5,8	3,9	3.812	-35,9	44,3	7.863	-11,2	53,5
	Dez	20,4	17,5	23,1	9,2	8,6	6,1	7.115	86,6	51,8	12.222	55,4	72,5
2008	Jan	20,0	9,4	7,4	4,6	9,6	6,7	715	-90,0	51,6	1.128	-90,8	71,1
	Fev	18,6	10,5	13,4	6,9	7,8	8,3	2.349	228,5	57,2	3.547	214,5	75,9
	Mar	17,9	16,0	20,9	3,7	11,1	7,5	3.688	57,0	48,9	5.781	63,0	70,9
	Abr	21,0	20,7	14,8	4,2	7,2	7,9	1.901	-48,5	40,8	5.636	-2,5	70,1
	Mai	13,8	26,8	21,8	4,9	9,0	15,0	3.859	103,0	44,0	8.315	47,5	76,4
	Jun	27,3	16,8	18,3	5,1	4,7	10,9	4.027	4,4	44,5	6.191	-25,5	81,4
	Jul	-	10,5	13,4	5,9	5,1	7,6	2.931	-27,2	46,1	5.955	-3,8	85,4
	Ago	-	12,8	13,1	4,0	6,9	7,1	3.642	24,3	54,3	5.769	-3,1	94,8
	Set	-	13,1	-	-	9,5	-	2.368	-35,0	31,5	5.071	-12,1	74,0
	Out	-	-	-	-	-	-	3.541	49,5	11,3	6.332	24,9	48,4

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Período	Construção						Aquisição						Total		
	Empresário		Pessoa Física		Total		Novos		Usados		Total		Unidades	R\$ Mil	
	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil	Unidades	R\$ Mil			
2000	17.137	968.888	938	48.214	18.075	1.017.103	7.614	395.420	10.021	474.525	17.635	869.945	35.710	1.887.048	
2001	14.648	623.606	392	29.587	15.040	653.194	6.576	407.396	13.973	792.132	20.549	1.199.527	35.589	1.852.721	
2002	9.905	556.556	367	20.039	10.272	576.595	7.085	485.787	11.433	673.644	18.518	1.159.431	28.790	1.736.026	
2003	16.229	926.589	531	36.568	16.760	963.157	7.023	498.853	12.593	712.020	19.616	1.210.872	36.376	2.174.029	
2004	21.909	1.320.116	1.186	60.410	23.095	1.380.526	15.109	806.429	13.699	782.740	28.808	1.589.169	51.903	2.969.695	
2005	32.996	2.608.352	592	38.999	33.588	2.647.351	8.093	713.365	18.191	1.203.536	26.284	1.916.901	59.872	4.564.252	
2006	38.088	4.019.750	4.563	271.969	42.651	4.291.718	12.679	1.093.161	55.666	3.747.024	68.350	4.840.185	111.001	9.131.903	
2007	68.451	8.349.885	8.352	589.406	76.803	8.939.291	21.183	2.093.358	85.613	6.532.735	106.796	8.626.092	183.599	17.565.384	
2008	73.612	10.290.456	6.345	498.087	79.957	10.788.544	19.841	2.363.662	64.402	5.950.038	84.243	8.313.700	164.200	19.102.243	
2005	Set	2.110	204.233	36	2.759	2.146	206.992	556	53.681	1.450	98.287	2.006	151.968	4.152	358.960
	Out	1.935	174.233	30	2.118	1.965	176.350	566	49.061	1.518	105.190	2.084	154.251	4.049	330.602
	Nov	4.683	434.174	40	3.761	4.723	437.935	631	59.061	1.459	100.944	2.090	160.005	6.813	597.941
	Dez	7.042	277.860	172	6.392	7.214	284.252	782	72.553	2.619	173.295	3.401	245.848	10.615	530.100
2006	Jan	1.277	127.778	300	9.804	1.577	137.582	956	78.946	3.311	212.778	4.267	291.725	5.844	429.307
	Fev	1.364	144.240	213	18.958	1.577	163.197	929	74.742	3.439	221.488	4.368	296.230	5.945	459.427
	Mar	2.298	211.678	266	12.659	2.564	224.337	1.080	91.913	4.525	292.561	5.605	384.474	8.169	608.811
	Abr	3.411	400.771	348	22.402	3.759	423.173	1.039	87.852	4.520	289.806	5.559	377.658	9.318	800.831
	Mai	3.870	391.025	538	32.435	4.408	423.461	1.134	97.527	4.997	334.240	6.131	431.767	10.539	855.227
	Jun	3.285	413.019	442	25.242	3.727	438.261	1.105	96.270	5.476	357.556	6.580	453.827	10.307	892.088
	Jul	3.958	346.774	468	26.957	4.426	373.731	1.070	98.087	5.031	341.771	6.101	439.858	10.527	813.589
	Ago	4.476	477.285	440	27.251	4.916	504.535	1.219	104.027	5.385	370.613	6.604	474.640	11.520	979.176
	Set	2.399	262.517	394	24.079	2.793	286.596	1.073	94.438	4.828	337.907	5.901	432.345	8.694	718.941
	Out	3.973	417.409	347	21.213	4.320	438.622	976	88.308	4.190	289.535	5.166	377.843	9.486	816.465
	Nov	3.859	360.626	363	22.209	4.222	382.835	986	85.421	4.639	327.218	5.625	412.639	9.847	795.474
	Dez	3.918	466.628	444	28.760	4.362	495.388	1.112	95.629	5.325	371.551	6.443	467.180	10.805	962.568
2007	Jan	1.800	190.601	369	24.656	2.169	215.257	1.352	124.728	5.038	359.714	6.390	484.442	8.559	699.699
	Fev	3.165	311.607	458	30.175	3.623	341.781	1.166	109.740	5.064	361.651	6.230	471.391	9.853	813.173
	Mar	6.053	552.436	555	36.348	6.608	588.783	1.830	172.530	7.507	550.071	9.337	722.601	15.945	1.311.384
	Abr	4.709	509.240	562	37.058	5.271	546.298	1.442	134.529	6.505	476.932	7.947	611.461	13.218	1.157.759
	Mai	6.268	588.363	643	44.466	6.911	632.829	1.835	162.789	7.431	577.896	9.266	740.685	16.177	1.373.514
	Jun	6.515	565.975	712	46.851	7.227	612.826	1.595	163.152	7.424	557.516	9.019	720.668	16.246	1.333.494
	Jul	6.214	700.427	925	67.314	7.139	767.740	1.790	172.835	8.597	640.212	10.387	813.048	17.526	1.580.788
	Ago	6.301	643.527	969	67.074	7.270	710.601	2.238	216.538	8.750	652.964	10.988	869.501	18.258	1.580.103
	Set	8.266	907.531	733	51.443	8.999	958.973	1.920	194.149	6.858	528.122	8.778	722.271	17.777	1.681.244
	Out	9.963	1.095.102	819	59.324	10.782	1.154.425	2.063	219.477	7.400	583.123	9.463	802.600	20.245	1.957.026
	Nov	1.358	1.360.773	736	56.460	2.094	1.417.233	1.898	198.820	7.431	609.513	9.329	808.333	11.423	2.225.567
	Dez	7.839	924.303	871	68.240	8.710	992.543	2.054	224.070	7.608	635.020	9.662	859.090	18.372	1.851.633
2008	Jan	8.415	828.842	515	42.923	8.930	871.765	1.646	186.166	6.279	554.917	7.925	741.082	16.855	1.612.847
	Fev	173	1.070.724	511	38.210	684	1.108.935	2.087	292.609	5.758	523.328	7.845	815.937	8.529	1.924.872
	Mar	9.401	987.746	537	39.446	9.938	1.027.192	2.114	270.351	6.421	568.414	8.535	838.765	18.473	1.865.957
	Abr	8.529	840.730	731	57.683	9.260	898.413	2.167	268.683	7.559	686.189	9.726	954.872	18.986	1.853.285
	Mai	1.027	1.050.234	792	61.190	1.819	1.111.424	2.280	267.823	7.776	721.283	10.056	989.107	11.875	2.100.531
	Jun	8.812	1.788.228	972	79.385	9.784	1.867.613	3.072	346.204	9.243	889.269	12.315	1.235.473	22.099	3.103.086
	Jul	18.558	1.884.105	1.117	87.810	19.675	1.971.915	3.354	379.639	11.350	1.069.291	14.704	1.448.930	34.379	3.420.845
	Ago	18.697	1.839.847	1.170	91.440	19.867	1.931.286	3.121	352.187	10.016	937.347	13.137	1.289.534	33.004	3.220.820

Investimentos em habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana

Período	ICMS no Estado de São Paulo		CDHU			Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – R\$ Milhões							
	Arrecadação (R\$ Milhões)	Repasses à CDHU (R\$ Milhões)	Investimentos (R\$ Milhões)	Unidades Habitacionais		Arrecadação		Aplicações				Disponível	
				Entregues no Ano	Em Andamento (Média do Ano)	Contribuintes	Total	Habitação Popular	Saneamento Infra-estrutura	Saques	Total		
2000	22.626,6	564,3	348,4	5.629	44.409	18.709	27.776	3.110	291	17.201	22.334	14.996	
2001	24.978,5	428,3	388,1	10.424	46.858	21.072	30.227	2.972	139	18.772	23.367	22.406	
2002	27.633,2	397,1	707,0	21.219	46.227	22.197	34.767	2.955	144	19.635	24.680	31.707	
2003	29.807,8	327,7	859,1	21.703	59.284	24.702	40.219	3.337	125	20.367	31.894	37.102	
2004	34.061,5	516,3	652,5	13.662	52.989	27.996	43.023	3.181	295	22.089	35.172	39.245	
2005	37.686,2	595,6	559,1	20.520	48.815	31.562	51.272	5.123	566	25.860	38.128	49.547	
2006	41.872,6	555,1	815,4	22.442	55.414	36.203	58.290	6.849	768	29.684	43.966	63.100	
2007	46.663,0	529,9	642,7	4.541	66.763	41.291	64.643	5.913	841	38.379	50.193	78.528	
2008	41.223,3	435,6	500,4	16.557	73.148	4.563	6.766	188	77	3.035	3.630	89.232	
2005	Nov	3.275,3	49,3	57,1	2.369	52.213	2.644	4.479	565	63	2.208	3.176	54.354
	Dez	3.405,3	49,3	68,2	7.244	47.376	3.332	5.266	956	81	2.397	3.668	56.193
2006	Jan	3.375,6	62,8	55,0	458	48.325	3.453	5.434	531	67	2.430	4.224	57.543
	Fev	2.771,4	62,8	51,7	1.165	48.271	2.788	4.436	651	39	2.201	3.249	58.773
	Mar	3.587,2	62,8	56,3	965	50.113	2.938	4.786	706	58	2.798	3.921	59.704
	Abr	3.329,1	62,8	56,9	319	52.310	2.709	4.308	555	56	2.225	3.163	60.937
	Mai	3.395,3	42,7	53,6	276	54.204	2.877	4.620	645	47	2.594	4.628	60.998
	Jun	3.387,7	44,6	95,1	1.024	56.131	2.911	4.658	666	86	2.468	3.539	62.132
	Jul	3.292,0	40,5	67,3	850	59.670	2.913	4.618	723	59	2.544	4.482	62.299
	Ago	3.375,5	36,0	73,3	1.433	59.545	3.044	4.866	466	64	2.701	3.584	63.580
	Set	3.502,5	35,0	71,5	3.147	56.712	2.900	4.592	585	71	2.429	3.406	64.889
	Out	3.857,2	35,0	86,0	563	56.740	2.933	5.321	523	100	2.228	3.156	66.611
	Nov	4.182,7	35,0	70,4	759	56.144	3.001	4.922	464	59	2.419	3.269	68.660
	Dez	3.816,4	35,0	78,5	11.483	66.807	3.737	5.731	334	62	2.646	3.345	71.074
2007	Jan	3.735,4	-	87,6	132	68.033	3.932	6.292	292	44	2.794	4.062	73.203
	Fev	3.517,1	53,9	40,3	224	67.410	3.136	4.912	412	66	2.539	3.979	74.103
	Mar	3.458,2	87,9	64,0	847	67.026	3.326	5.244	532	62	3.231	4.174	75.184
	Abr	3.681,9	47,5	65,3	462	67.546	3.121	4.997	484	86	4.033	4.923	75.542
	Mai	3.819,5	47,5	40,3	326	67.846	3.257	5.129	701	70	3.731	4.832	75.792
	Jun	3.778,4	48,6	46,6	175	67.579	3.261	5.028	477	51	3.104	3.951	76.958
	Jul	3.836,2	47,5	59,7	417	67.192	3.351	5.215	345	73	3.212	3.951	78.269
	Ago	3.925,9	47,5	38,2	360	66.743	3.503	5.516	509	59	3.590	4.490	79.450
	Set	4.335,6	47,5	43,3	1.076	65.826	3.281	5.106	504	66	2.836	3.700	80.924
	Out	4.124,9	34,0	58,9	0	65.848	3.423	5.448	439	74	3.131	3.939	82.496
	Nov	4.191,5	34,0	36,0	40	65.419	3.435	5.440	510	82	2.923	3.808	84.172
	Dez	4.258,4	34,0	62,3	482	64.684	4.264	6.316	707	107	3.255	4.384	86.239
2008	Jan	4.451,4	43,2	47,8	284	65.180	4.563	6.766	188	77	3.035	3.630	89.232
	Fev	4.115,7	45,7	33,5	611	69.270	-	-	-	-	-	-	-
	Mar	3.997,8	43,2	40,5	236	68.870	-	-	-	-	-	-	-
	Abr	4.397,8	43,2	32,5	677	70.614	-	-	-	-	-	-	-
	Mai	4.638,4	43,2	43,3	373	76.757	-	-	-	-	-	-	-
	Jun	4.766,1	43,4	39,0	964	79.008	-	-	-	-	-	-	-
	Jul	4.824,9	43,9	52,7	1.550	79.019	-	-	-	-	-	-	-
	Ago	4.884,2	43,2	51,5	1.248	79.362	-	-	-	-	-	-	-
	Set	5.147,0	43,2	68,4	8.075	74.583	-	-	-	-	-	-	-
	Out	-	43,2	91,4	2.539	68.818	-	-	-	-	-	-	-

Custo da construção residencial no Estado de São Paulo

Custo da Construção Residencial no Estado de São Paulo – Padrão H8-2N/ R8-N

Período	Global			Mão-de-obra			Material						
	Índice (Base Jun/94 = 100)	Variação (%)			Índice (Base Jun/94 = 100)	Variação (%)			Índice (Base Jun/94 = 100)	Variação (%)			
		No Mês	No Ano	Em 12 Meses		No Mês	No Ano	Em 12 Meses		No Mês	No Ano	Em 12 Meses	
2001	201,74	-	-	8,47	236,56	-	-	7,01	170,86	-	-	10,38	
2002	226,20	-	-	12,12	257,31	-	-	8,77	198,65	-	-	16,26	
2003	257,50	-	-	13,84	301,81	-	-	17,29	218,34	-	-	9,91	
2004	280,69	-	-	9,01	319,39	-	-	5,82	246,54	-	-	12,92	
2005	294,71	-	-	4,99	345,59	-	-	8,20	249,78	-	-	1,31	
2006	307,31	-	-	4,28	367,59	-	-	6,37	254,00	-	-	1,69	
2007	107,09	-	-	-	105,72	-	-	-	106,80	-	-	-	
2008	118,62	-	-	12,17	117,74	-	-	10,71	119,66	-	-	14,26	
2005	Nov	294,42	0,36	4,89	5,32	345,42	-0,02	8,15	7,97	249,36	0,83	1,14	2,26
	Dez	294,71	0,10	4,99	4,99	345,59	0,05	8,20	8,20	249,78	0,17	1,31	1,31
2006	Jan	295,18	0,16	0,16	4,67	345,59	0,00	0,00	8,14	250,68	0,36	0,36	0,72
	Fev	296,12	0,32	0,48	4,64	346,52	0,27	0,27	8,43	251,63	0,38	0,74	0,34
	Mar	295,59	-0,18	0,30	3,73	346,03	-0,14	0,13	6,87	251,08	-0,22	0,52	0,16
	Abr	295,74	0,05	0,35	3,46	346,03	0,00	0,13	6,44	251,33	0,10	0,62	0,02
	Mai	303,93	2,77	3,13	3,75	362,43	4,74	4,87	6,31	252,23	0,36	0,98	0,66
	Jun	304,69	0,25	3,39	3,98	363,84	0,39	5,28	5,59	252,43	0,08	1,06	2,00
	Jul	305,21	0,17	3,56	4,13	364,49	0,18	5,47	5,79	252,81	0,15	1,21	2,09
	Ago	305,36	0,05	3,61	4,34	364,53	0,01	5,48	5,80	253,06	0,10	1,31	2,53
	Set	305,57	0,07	3,68	4,27	364,53	0,00	5,48	5,62	253,44	0,15	1,47	2,57
	Out	305,57	0,00	3,68	4,16	364,42	-0,03	5,45	5,48	253,52	0,03	1,50	2,51
	Nov	305,75	0,06	3,75	3,85	364,53	0,03	5,48	5,53	253,75	0,09	1,59	1,76
	Dez	307,31	0,51	4,28	4,28	367,59	0,84	6,37	6,37	254,00	0,10	1,69	1,69
2007	Jan	307,96	0,21	0,21	4,33	367,59	0,00	0,00	6,37	255,24	0,49	0,49	1,82
	Fev	100,00	-	-	-	100,00	-	-	-	100,00	-	-	-
	Mar	100,15	0,15	-	-	100,31	0,31	-	-	99,88	-0,12	-	-
	Abr	100,86	0,71	-	-	101,25	0,95	-	-	100,39	0,51	-	-
	Mai	102,08	1,21	-	-	103,36	2,08	-	-	100,42	0,03	-	-
	Jun	103,54	1,43	-	-	105,29	1,87	-	-	101,31	0,88	-	-
	Jul	104,14	0,58	-	-	105,72	0,41	-	-	102,11	0,79	-	-
	Ago	104,66	0,50	-	-	105,98	0,25	-	-	102,78	0,66	-	-
	Set	104,93	0,26	-	-	106,03	0,05	-	-	103,29	0,50	-	-
	Out	105,75	0,78	-	-	106,35	0,30	-	-	104,73	1,39	-	-
	Nov	106,47	0,68	-	-	106,63	0,27	-	-	105,96	1,17	-	-
	Dez	107,09	0,59	-	-	106,94	0,29	-	-	106,80	0,80	-	-
2008	Jan	107,17	0,07	0,07	-	106,71	-0,21	-0,21	-	107,20	0,37	0,37	-
	Fev	107,58	0,38	0,45	7,58	106,83	0,11	-0,10	6,83	107,95	0,70	1,07	7,95
	Mar	107,79	0,20	0,65	7,63	106,90	0,07	-0,04	6,57	108,32	0,34	1,42	8,45
	Abr	108,23	0,41	1,06	7,31	106,97	0,07	0,03	5,65	109,29	0,90	2,33	8,87
	Mai	111,17	2,72	3,81	8,91	111,87	4,59	4,62	8,24	110,17	0,81	3,16	9,71
	Jun	113,55	2,14	6,03	9,66	115,08	2,86	7,61	9,30	111,78	1,46	4,66	10,34
	Jul	114,24	0,60	6,68	9,70	115,45	0,32	7,96	9,20	112,74	0,86	5,56	10,41
	Ago	115,79	1,36	8,13	10,64	116,64	1,03	9,07	10,06	114,82	1,84	7,51	11,71
	Set	116,64	0,74	8,92	11,16	116,86	0,19	9,28	10,21	116,40	1,38	8,98	12,69
	Out	118,62	1,69	10,76	12,17	117,74	0,75	10,10	10,71	119,66	2,81	12,04	14,26

(*) Tendo em vista a publicação da NBR 12.721-2006, os Custos Unitários Básicos por metro quadrado de construção passaram, a partir de fevereiro de 2007, a ser calculados a partir de novos projetos-padrão e, em consequência, de novos lotes de insumos.

Fonte: SindusCon-SP/FGV Projetos

Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo

Outubro de 2008 – ordem decrescente de variação percentual em 12 meses

Material	Unidade	Preço	Variação (%)		
			Mês	Ano	12 Meses
Bloco de concreto 19x19x39cm	unidade	1,74	3,57	62,62	91,21
Janela de correr 2 folhas 1,2x1,20 m	m ²	226,61	1,48	30,12	45,90
Aço CA-50 Ø 10 mm	kg	3,34	9,87	32,54	34,68
Brita 2	m ³	51,00	4,21	24,94	31,51
Cimento CPE-32 saco 50kg	saco	17,81	12,37	26,67	29,34
Tábua de madeira de 3ª p/const. E=2,5cm	m	6,91	4,38	20,80	28,92
Areia média lavada	m ³	52,49	-0,06	22,33	28,56
Massa pronta p/ reboco externo c/imperm	kg	0,23	4,55	27,78	27,78
Concreto FCK=25 MPa	m ³	210,12	2,54	19,91	27,35
Alimentação tipo marmitem n° 8	unidade	6,13	6,42	19,73	25,87
Registro de pressão cromado Ø=1,27cm	unidade	48,16	5,06	21,28	23,42
Prego 18x27 c/ cabeça	kg	4,59	0,66	20,47	21,43
Batente p/ pintura 3,5x14x70x210cm	unidade	80,39	-0,89	8,25	18,55
Bloco cerâmico p/ alv vedação 9x19x19cm	milheiro	347,78	-2,22	7,69	15,97
Óleo diesel	l	2,10	-0,47	13,51	12,90
Tubo de ferro galv. c/ costura Ø 2 1/2"	m	42,08	-0,64	14,72	12,48
Placa de gesso p/ forro s/ colocação	m ²	8,66	3,84	16,09	12,32
Dobradiça em ferro polido	unidade	4,00	0,25	2,83	11,73
Chapa compensado resinado 12mm	m ²	12,85	0,31	10,40	11,45
Locação de betoneira elétrica 320 l	R\$/mês	179,98	0,93	5,36	8,21
Fechadura, tráfego moderado acab. cromo	unidade	37,69	-0,97	10,50	7,69
Disjuntor tripolar 70 A	unidade	52,82	0,71	7,25	7,03
Tubo de cobre Ø=15mm classe industrial	m	16,14	0,81	7,10	6,89
Granito polido p/ piso 40x40cm	m ²	122,75	1,55	14,46	6,82
Bacia sanit. branca c/ cx. acoplada 6 L	unidade	150,12	0,83	10,68	5,97
Telha ondulada fibrocimento 6 mm	m ²	12,16	-0,98	1,08	4,92
Emulsão asfáltica c/elastômero p/imperm.	kg	5,68	-1,90	4,03	4,80
Tubo de PVC rígido rosca água Ø=25mm	barra	18,77	2,12	1,68	4,63
Tubo PVC-R rígido p/ esgoto Ø 150 mm	m	19,47	0,00	0,00	4,56
Cerâmica esmaltada 20x20cm PEI III	m ²	18,50	2,44	3,41	3,87
Tinta látex branca PVA	lata	136,61	3,69	0,98	3,85
Impermeab. normal tipo vedacit 18l	kg	46,87	2,29	2,52	3,72
Vidro liso transparente 4 mm c/ massa	m ²	44,25	-0,87	1,28	2,72
Placa cerâmica (azulejo) 15x15cm 1ª linha PEI II	m ²	14,33	-2,91	-0,14	1,49
Chapa compensado plastificado 18mm	m ²	26,60	0,80	0,08	-0,15
Fio cobre anti-chama isol. 750 V 2,5 mm ²	rolo	68,71	-0,04	-1,45	-0,56
Porta lisa p/ pintura 3,5x70x210cm	unidade	73,11	1,04	-1,77	-1,55
Bancada de pia de mármore 2x0,6x0,02cm	unidade	249,77	0,00	-3,49	-1,99
Vidro liso transparente 3mm s/ colocação	m ²	32,52	-1,75	0,00	-2,52
Eletroduto PVC rígido Ø ext.=3,81cm	barra	11,17	0,18	-0,27	-3,04
Esquadrias correr 4 folhas al. 2,0x1,4m	m ²	282,05	1,32	-0,77	-3,53

(*) Materiais que começaram a ser pesquisados em fevereiro de 2007.
Fonte: SindusCon-SP/FGV Projetos

Emprego da construção por Estados

Período	Região Norte								Região Nordeste								
	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Plauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	
2004	Nov	6.107	5.007	12.984	2.738	34.175	3.390	10.702	18.676	16.306	35.026	22.594	15.255	53.315	12.291	19.019	81.878
	Dez	5.552	4.935	12.619	2.697	32.870	3.412	9.314	18.301	15.628	34.396	21.686	14.682	52.424	11.737	18.721	80.808
2005	Jan	5.519	5.027	12.732	2.663	32.429	2.974	9.286	18.233	15.727	34.460	21.700	14.930	52.965	11.753	18.985	82.575
	Fev	5.483	5.054	12.972	2.625	31.531	2.629	9.222	18.184	15.447	34.835	21.593	15.152	53.131	12.042	19.338	82.021
	Mar	5.375	5.091	13.223	2.685	31.169	2.318	9.214	18.241	15.532	34.776	22.160	14.868	53.614	11.950	19.521	83.527
	Abr	5.544	5.080	13.487	2.764	31.320	2.224	9.640	18.231	15.797	34.396	22.549	14.896	53.897	12.142	19.449	84.713
	Mai	5.774	5.210	13.807	2.724	31.652	2.222	9.819	18.516	15.904	34.645	23.128	14.904	53.855	12.429	19.175	85.398
	Jun	6.141	5.374	14.189	2.828	32.254	2.248	10.468	18.963	16.349	35.175	23.508	14.755	53.424	13.006	19.207	86.284
	Jul	6.278	5.522	14.343	2.830	33.357	2.401	10.646	18.921	16.244	35.375	23.163	14.948	53.781	13.101	19.370	88.939
	Ago	6.508	5.600	14.791	2.777	34.089	2.733	10.811	19.245	16.320	35.455	23.270	15.029	54.058	13.318	19.419	91.180
	Set	6.744	5.765	14.788	2.799	35.106	2.929	10.881	19.324	16.107	35.786	24.157	15.007	55.324	13.539	19.554	92.686
	Out	6.801	5.762	14.663	2.835	36.477	2.935	10.790	19.813	16.279	36.112	24.662	15.208	55.689	14.083	19.626	92.473
	Nov	6.632	5.644	15.085	2.856	37.023	3.043	9.652	19.872	16.165	36.034	24.740	15.152	55.662	13.554	19.788	92.686
	Dez	6.208	5.469	14.429	2.821	35.869	2.536	8.626	19.625	15.859	35.490	24.171	14.975	55.285	12.991	19.549	91.353
2006	Jan	6.144	5.570	14.320	2.854	35.582	2.362	8.307	19.525	15.439	35.693	24.330	15.040	55.905	13.182	19.902	93.029
	Fev	6.129	5.692	14.540	3.006	35.847	2.302	8.566	19.482	15.459	36.931	24.715	15.449	56.539	13.485	20.808	93.376
	Mar	5.923	5.684	14.542	3.064	34.961	2.149	8.615	19.353	16.008	37.092	25.219	15.482	56.653	13.377	21.147	93.661
	Abr	6.176	5.807	14.879	3.075	34.213	2.098	8.805	19.542	16.021	37.326	25.896	15.850	56.996	13.555	21.621	93.001
	Mai	6.610	5.755	15.069	3.056	34.595	2.026	9.689	19.788	16.710	37.948	26.460	16.193	56.949	13.085	21.489	93.554
	Jun	7.084	6.020	15.138	3.076	35.509	1.986	10.351	20.250	17.752	38.902	27.255	16.519	56.607	12.779	21.556	93.642
	Jul	7.504	5.986	15.254	3.030	37.228	2.085	10.290	20.697	18.458	40.141	27.613	16.992	57.438	12.697	21.365	94.222
	Ago	7.581	6.165	15.560	3.052	38.895	2.236	10.588	21.489	18.509	41.391	28.225	17.068	57.506	12.567	21.286	94.831
	Set	7.670	6.322	15.936	3.085	39.438	2.355	10.218	21.866	18.130	42.287	29.509	17.655	57.895	12.603	21.113	95.522
	Out	7.463	6.413	16.481	3.092	39.813	2.411	10.292	22.789	17.724	41.718	29.650	17.896	58.576	12.676	20.694	92.094
	Nov	7.060	6.132	16.862	3.061	39.957	2.589	9.715	23.145	17.115	40.901	29.560	17.547	58.304	12.545	20.309	91.052
	Dez	6.257	5.372	16.727	3.015	37.831	2.645	8.913	22.684	15.946	39.852	28.768	16.774	56.660	12.183	19.787	88.982
2007	Jan	6.189	5.105	16.727	3.051	36.327	2.547	9.449	22.549	16.056	38.878	28.774	17.157	56.894	12.176	19.707	89.777
	Fev	6.157	5.113	16.825	3.128	36.401	2.629	9.886	22.854	15.743	39.204	28.676	17.793	57.069	12.247	20.031	90.527
	Mar	6.170	5.101	17.365	3.185	35.420	2.642	10.206	22.657	15.608	39.239	28.735	18.072	57.118	12.584	20.118	91.547
	Abr	6.395	5.368	18.304	3.260	35.397	2.635	11.254	22.634	15.516	39.853	29.121	18.655	57.467	12.657	20.794	93.639
	Mai	6.817	5.339	19.156	3.339	35.714	2.769	12.166	22.763	15.486	40.292	29.375	18.475	57.990	12.117	20.717	94.824
	Jun	7.052	5.458	20.613	3.269	37.067	2.772	13.238	23.291	15.084	41.413	29.300	17.884	57.626	11.967	20.745	95.757
	Jul	7.333	5.424	21.838	3.337	39.154	2.999	14.215	23.339	15.098	42.340	29.774	17.884	57.289	11.809	20.756	97.288
	Ago	7.499	5.425	22.492	3.392	40.273	3.129	14.891	24.070	15.219	42.785	29.416	17.904	58.110	11.875	20.693	99.509
	Set	7.494	5.442	22.854	3.472	40.561	3.114	15.333	25.249	15.917	43.247	29.495	18.421	59.621	12.093	21.204	101.120
	Out	7.567	5.449	22.987	3.585	41.624	3.037	15.700	25.787	16.475	44.059	29.206	18.957	60.921	12.229	21.391	101.917
	Nov	7.208	5.269	22.574	3.697	43.278	2.901	15.641	26.164	16.390	44.504	29.093	18.879	62.768	12.145	21.622	101.845
	Dez	6.592	4.987	21.972	3.770	42.404	2.739	13.644	26.104	15.915	43.580	28.577	18.449	62.956	12.006	21.460	100.196
2008	Jan	6.665	5.193	21.564	3.975	42.333	2.661	14.021	26.222	16.337	43.801	29.171	18.462	64.874	12.142	21.379	101.902
	Fev	6.349	5.085	21.741	4.050	42.331	2.500	13.671	26.199	16.423	44.860	29.640	18.696	66.475	12.722	21.581	103.738
	Mar	6.524	5.001	22.464	4.105	41.787	2.504	13.676	26.385	16.354	45.329	30.525	18.679	67.729	12.954	21.546	107.415
	Abr	6.887	5.146	22.657	4.247	41.757	2.341	14.289	26.945	16.595	45.097	30.687	18.557	66.029	13.174	21.923	109.872
	Mai	7.372	5.471	23.219	4.068	42.411	2.424	15.406	27.799	16.934	45.652	31.530	18.384	66.199	12.985	21.921	113.370
	Jun	7.664	5.746	24.431	3.976	44.078	2.502	16.294	28.554	17.972	48.193	32.696	18.581	67.762	12.895	21.865	113.175
	Jul	7.983	5.906	24.890	3.863	45.532	2.640	16.705	30.534	18.909	49.911	34.236	19.230	69.003	12.886	22.163	112.336
	Ago	8.404	5.992	25.043	3.842	46.372	2.589	16.650	32.406	19.639	50.882	35.015	19.857	70.393	13.196	22.712	113.422
	Set	8.980	6.101	24.873	4.010	47.017	2.527	16.690	33.924	20.467	51.803	35.877	20.456	73.781	13.756	23.193	114.388
	Out	9.258	6.076	24.809	4.057	47.425	2.618	15.718	35.704	21.325	51.039	34.887	20.996	75.105	13.880	23.265	110.752

Emprego da construção por Estados

Período	Região Sudeste				Região Sul			Região Centro-Oeste				
	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal	
2004	Nov	197.543	36.847	158.823	382.548	70.479	57.747	85.967	15.707	18.622	41.075	42.633
	Dez	189.453	36.016	157.011	377.300	68.551	56.264	83.585	15.037	17.585	38.159	41.786
2005	Jan	190.379	36.916	158.948	380.849	69.116	57.147	83.552	15.116	17.938	37.857	41.942
	Fev	190.700	37.288	158.599	382.776	69.779	57.044	82.831	15.055	17.834	38.211	41.866
	Mar	193.328	38.033	158.818	385.281	70.210	57.057	82.219	15.054	17.723	38.287	42.147
	Abr	197.253	39.113	160.228	389.785	70.616	57.921	82.275	15.161	17.838	39.751	43.010
	Mai	201.133	39.926	161.197	391.513	71.514	58.370	82.440	15.262	17.999	41.133	43.543
	Jun	204.981	40.778	164.112	396.289	71.897	58.922	82.797	15.334	17.951	42.496	44.520
	Jul	207.811	41.359	165.890	398.787	72.011	59.366	82.606	15.245	17.849	44.164	45.404
	Ago	211.536	42.281	167.355	405.739	73.014	59.624	82.740	15.094	17.917	45.098	45.896
	Set	215.791	43.079	167.807	410.604	73.241	59.995	82.802	15.349	17.731	46.460	46.369
	Out	220.358	44.413	166.329	414.220	73.602	60.882	83.500	15.359	17.632	46.947	46.579
	Nov	219.747	44.393	166.888	414.594	73.851	61.054	83.557	15.416	16.926	45.538	45.996
	Dez	212.711	43.450	166.459	409.836	72.275	60.210	81.978	15.103	15.950	42.075	44.655
2006	Jan	217.439	44.171	168.529	415.480	74.273	61.212	82.892	15.274	15.917	43.008	44.659
	Fev	222.113	44.192	170.431	417.284	75.043	61.056	83.786	15.410	16.429	43.669	44.849
	Mar	224.700	45.092	171.446	418.445	75.159	61.238	83.935	15.309	16.053	43.956	44.525
	Abr	228.524	46.240	173.000	422.210	75.752	61.917	84.421	15.529	16.462	44.374	45.051
	Mai	233.428	47.120	175.162	423.197	77.895	62.039	85.095	15.726	16.933	45.290	44.939
	Jun	233.100	48.111	176.381	424.727	77.484	62.111	84.717	15.998	17.203	45.655	45.338
	Jul	241.149	49.713	178.295	429.331	78.320	62.618	85.155	16.224	17.794	46.435	46.026
	Ago	242.738	50.707	179.740	434.875	79.064	63.292	84.572	16.660	18.351	46.141	46.212
	Set	243.565	51.208	182.622	437.416	79.931	64.041	84.900	17.038	18.401	46.417	46.609
	Out	243.757	51.537	184.722	439.557	80.403	64.308	84.753	17.248	17.658	45.358	46.303
	Nov	239.161	50.838	185.649	440.920	80.502	63.864	85.065	16.818	17.403	44.048	45.703
	Dez	229.901	48.968	184.250	437.663	78.585	62.345	83.844	16.175	16.695	41.341	45.927
2007	Jan	232.283	49.479	185.011	444.106	80.494	63.765	85.071	15.765	16.794	41.680	45.850
	Fev	232.177	49.499	185.529	448.278	80.837	64.094	84.469	15.610	16.993	41.778	45.535
	Mar	237.876	50.135	186.543	454.160	82.062	64.832	84.913	15.695	17.465	42.829	45.686
	Abr	243.562	50.977	188.955	465.483	83.326	66.398	86.036	16.045	18.618	44.784	46.164
	Mai	244.513	51.120	190.700	469.831	84.724	66.886	86.432	15.913	19.561	45.549	45.659
	Jun	246.641	51.246	193.334	475.867	85.532	67.656	87.521	15.974	20.185	46.482	46.254
	Jul	248.038	51.609	191.652	485.192	87.006	68.760	88.712	16.304	20.552	47.305	46.840
	Ago	251.087	51.853	195.140	494.535	88.718	69.331	90.789	16.417	21.300	47.771	47.717
	Set	257.356	51.732	198.965	504.099	89.979	69.731	92.176	16.765	22.007	48.624	49.144
	Out	261.378	51.832	201.203	512.996	90.564	70.589	93.637	17.217	22.169	49.902	49.499
	Nov	260.771	51.470	201.635	518.672	90.079	71.346	94.689	18.550	21.805	49.798	49.912
	Dez	254.611	50.431	200.763	516.058	88.340	69.952	93.721	18.910	19.863	46.819	49.904
2008	Jan	259.270	52.162	205.085	531.175	91.125	72.134	95.906	20.559	20.285	48.769	51.242
	Fev	263.501	52.397	208.189	541.799	93.071	73.124	96.815	21.181	21.380	49.720	52.132
	Mar	271.185	53.729	212.782	553.445	94.188	74.455	98.546	21.600	21.682	50.609	53.377
	Abr	279.497	55.325	216.725	565.039	96.022	76.407	99.902	21.504	22.865	53.230	54.498
	Mai	285.494	55.976	221.387	568.918	99.150	77.431	100.453	21.788	24.482	55.256	54.609
	Jun	291.435	57.636	227.445	578.518	100.933	79.064	101.636	21.760	25.705	58.211	55.091
	Jul	296.544	58.785	234.153	587.262	103.881	80.618	103.658	21.780	26.727	60.514	55.515
	Ago	303.144	59.518	238.036	598.810	105.871	82.610	105.259	21.773	27.375	63.253	56.292
	Set	310.024	60.274	243.025	607.099	107.859	83.849	106.513	21.689	27.888	64.962	57.113
	Out	312.086	59.576	244.901	610.358	108.519	84.146	106.447	21.630	27.457	65.627	56.382

Emprego da construção brasileira por segmento

Período	Obras						Incorporação de Imóveis	Engenharia e Arquitetura	Total	Total	
	Preparação de Terreno	Edificações	Infra-Estrutura	Obras de Instalação	Obras de Acabamento	Total					
2004	Nov	60.841	880.869	97.062	165.661	59.400	1.263.833	84.056	109.565	193.621	1.457.454
	Dez	58.877	848.297	96.639	165.488	58.228	1.227.529	84.250	108.750	193.000	1.420.529
2005	Jan	58.441	854.796	96.898	166.308	58.884	1.235.327	85.467	110.924	196.391	1.431.718
	Fev	58.506	854.775	96.626	166.695	59.197	1.235.799	85.871	111.572	197.443	1.433.242
	Mar	59.093	860.089	96.249	166.800	59.955	1.242.186	86.766	112.469	199.235	1.441.421
	Abr	59.251	874.315	97.021	166.575	60.159	1.257.321	87.721	114.038	201.759	1.459.080
	Mai	60.207	884.664	98.289	166.411	59.581	1.269.152	88.579	115.461	204.040	1.473.192
	Jun	60.839	900.241	98.524	167.439	59.849	1.286.892	89.173	118.185	207.358	1.494.250
	Jul	61.799	911.151	98.887	167.759	60.542	1.300.138	89.941	119.632	209.573	1.509.711
	Ago	63.211	922.505	101.962	169.217	61.472	1.318.367	90.831	121.699	212.530	1.530.897
	Set	64.336	933.800	103.082	171.240	62.310	1.334.768	91.769	123.187	214.956	1.549.724
	Out	65.087	943.327	103.450	171.526	62.482	1.345.872	92.790	125.367	218.157	1.564.029
	Nov	64.841	939.021	103.231	171.829	62.924	1.341.846	93.329	126.373	219.702	1.561.548
	Dez	63.709	912.694	102.795	170.143	61.316	1.310.657	93.680	125.621	219.301	1.529.958
2006	Jan	64.417	928.982	102.744	170.398	62.353	1.328.894	94.226	126.918	221.144	1.550.038
	Fev	65.614	942.496	102.379	170.698	62.700	1.343.887	94.598	128.103	222.701	1.566.588
	Mar	66.527	947.296	102.025	170.940	62.302	1.349.090	94.766	128.932	223.698	1.572.788
	Abr	67.683	957.843	102.410	170.873	62.909	1.361.718	95.812	130.811	226.623	1.588.341
	Mai	68.917	971.384	102.822	171.884	62.993	1.378.000	96.247	131.553	227.800	1.605.800
	Jun	70.007	977.933	103.679	172.609	62.338	1.386.566	96.538	132.147	228.685	1.615.251
	Jul	71.448	997.404	105.117	174.359	62.878	1.411.206	96.873	133.981	230.854	1.642.060
	Ago	72.867	1.008.900	106.114	175.324	63.284	1.426.489	97.219	135.593	232.812	1.659.301
	Set	73.444	1.018.910	106.452	176.489	63.764	1.439.059	97.826	136.867	234.693	1.673.752
	Out	73.358	1.017.372	106.775	177.545	64.732	1.439.782	98.353	137.251	235.604	1.675.386
	Nov	72.533	1.007.953	106.499	177.601	64.706	1.429.292	98.698	137.835	236.533	1.665.825
	Dez	69.962	977.681	105.728	176.399	63.676	1.393.446	98.245	136.399	234.644	1.628.090
2007	Jan	70.560	986.478	106.092	177.008	65.016	1.405.154	99.301	137.206	236.507	1.641.661
	Fev	70.906	991.155	105.609	177.611	65.395	1.410.676	100.249	138.157	238.406	1.649.082
	Mar	71.816	1.006.690	106.339	177.658	65.426	1.427.929	101.121	138.913	240.034	1.667.963
	Abr	73.663	1.032.685	107.236	178.338	66.894	1.458.816	102.551	141.930	244.481	1.703.297
	Mai	73.865	1.044.607	107.814	178.606	67.656	1.472.548	103.361	142.318	245.679	1.718.227
	Jun	75.462	1.060.175	108.432	179.040	67.908	1.491.017	104.588	143.623	248.211	1.739.228
	Jul	77.217	1.075.737	108.017	180.670	68.272	1.509.913	105.343	146.591	251.934	1.761.847
	Ago	79.033	1.094.889	110.219	182.227	69.821	1.536.189	106.705	148.446	255.151	1.791.340
	Set	79.818	1.119.302	112.155	184.539	70.772	1.566.586	108.263	150.366	258.629	1.825.215
	Out	80.494	1.135.906	113.458	186.307	72.106	1.588.271	110.071	153.535	263.606	1.851.877
	Nov	79.580	1.143.510	113.346	187.197	72.449	1.596.082	110.971	155.652	266.623	1.862.705
	Dez	77.131	1.123.904	111.358	186.398	71.410	1.570.201	110.835	153.687	264.522	1.834.723
2008	Jan	77.746	1.155.222	111.733	190.223	73.920	1.608.844	112.785	156.785	269.570	1.878.414
	Fev	78.912	1.176.589	111.734	193.640	75.543	1.636.418	113.824	159.128	272.952	1.909.370
	Mar	80.103	1.201.856	112.339	198.753	76.804	1.669.855	115.735	162.985	278.720	1.948.575
	Abr	82.069	1.228.922	112.890	199.679	78.366	1.701.926	117.875	167.416	285.291	1.987.217
	Mai	84.331	1.251.910	114.693	200.162	79.500	1.730.596	119.495	169.998	289.493	2.020.089
	Jun	87.073	1.280.661	117.740	201.068	80.812	1.767.354	122.212	174.252	296.464	2.063.818
	Jul	90.156	1.307.506	119.880	203.162	81.728	1.802.432	124.435	179.297	303.732	2.106.164
	Ago	92.738	1.330.916	122.670	208.428	83.562	1.838.314	126.650	183.391	310.041	2.148.355
	Set	94.758	1.354.488	124.536	213.124	84.177	1.871.083	129.230	187.825	317.055	2.188.138
	Out	95.361	1.355.316	124.729	213.201	84.625	1.873.232	130.413	190.398	320.811	2.194.043

Emprego da construção paulista por segmento

Período	Obras						Total	Incorporação de Imóveis	Engenharia e Arquitetura	Total	Total
	Preparação de Terreno	Edificações	Infra-Estrutura	Obras de Instalação	Obras de Acabamento	Total					
2004	Nov	14.540	202.602	12.932	60.087	26.347	316.508	31.001	35.039	66.040	382.548
	Dez	14.283	198.076	12.941	60.304	25.800	311.404	30.779	35.117	65.896	377.300
2005	Jan	14.425	199.650	13.375	60.499	26.134	314.083	31.045	35.721	66.766	380.849
	Fev	14.488	200.775	13.324	60.688	26.386	315.661	30.945	36.170	67.115	382.776
	Mar	14.666	202.384	13.138	60.749	27.112	318.049	31.022	36.210	67.232	385.281
	Abr	14.860	205.783	12.973	60.488	27.422	321.526	31.275	36.984	68.259	389.785
	Mai	14.939	206.728	13.346	60.824	26.840	322.677	31.305	37.531	68.836	391.513
	Jun	14.948	210.449	13.189	61.367	26.887	326.840	31.250	38.199	69.449	396.289
	Jul	15.027	211.124	13.294	61.778	27.268	328.491	31.414	38.882	70.296	398.787
	Ago	15.297	213.431	15.630	62.520	27.658	334.536	31.653	39.550	71.203	405.739
	Set	15.670	215.571	15.864	63.437	28.216	338.758	31.831	40.015	71.846	410.604
	Out	15.876	217.340	16.914	63.667	27.870	341.667	32.034	40.519	72.553	414.220
	Nov	15.655	217.777	17.028	63.370	28.334	342.164	32.052	40.378	72.430	414.594
	Dez	15.379	215.306	17.279	61.959	27.810	337.733	32.053	40.050	72.103	409.836
2006	Jan	15.605	218.802	17.280	62.070	28.514	342.271	32.252	40.957	73.209	415.480
	Fev	15.733	219.297	18.267	61.696	28.498	343.491	32.417	41.376	73.793	417.284
	Mar	15.873	219.481	19.190	61.691	28.070	344.305	32.418	41.722	74.140	418.445
	Abr	16.422	222.108	18.405	61.518	28.162	346.615	32.867	42.728	75.595	422.210
	Mai	16.273	223.469	18.399	61.521	27.835	347.497	32.995	42.705	75.700	423.197
	Jun	16.581	225.311	18.369	61.367	27.244	348.872	33.086	42.769	75.855	424.727
	Jul	16.856	228.171	18.377	62.178	27.332	352.914	33.253	43.164	76.417	429.331
	Ago	17.266	231.395	19.045	62.513	27.324	357.543	33.344	43.988	77.332	434.875
	Set	17.827	232.181	19.056	63.179	27.444	359.687	33.554	44.175	77.729	437.416
	Out	17.742	233.138	18.740	63.874	28.166	361.660	33.914	43.983	77.897	439.557
	Nov	17.389	234.564	18.423	64.015	28.282	362.673	33.994	44.253	78.247	440.920
	Dez	17.088	232.108	18.407	64.139	28.110	359.852	33.802	44.009	77.811	437.663
2007	Jan	17.434	236.025	18.315	64.511	28.987	365.272	34.170	44.664	78.834	444.106
	Fev	17.328	238.744	18.275	65.044	29.477	368.868	34.480	44.930	79.410	448.278
	Mar	17.423	243.701	18.068	65.556	29.637	374.385	34.716	45.059	79.775	454.160
	Abr	17.515	250.664	18.642	65.932	30.670	383.423	35.316	46.744	82.060	465.483
	Mai	17.574	253.733	18.663	65.934	31.015	386.919	35.675	47.237	82.912	469.831
	Jun	17.971	257.776	19.191	65.957	30.874	391.769	36.212	47.886	84.098	475.867
	Jul	18.279	263.323	20.981	66.356	31.013	399.952	36.483	48.757	85.240	485.192
	Ago	18.684	269.648	21.305	66.869	31.888	408.394	37.037	49.104	86.141	494.535
	Set	19.171	275.782	21.493	67.488	32.413	416.347	37.717	50.035	87.752	504.099
	Out	19.576	281.165	21.717	67.673	33.281	423.412	38.523	51.061	89.584	512.996
	Nov	19.610	285.171	21.830	67.815	33.514	427.940	38.955	51.777	90.732	518.672
	Dez	19.455	283.778	21.474	67.965	33.106	425.778	39.049	51.231	90.280	516.058
2008	Jan	19.732	293.349	21.350	69.998	34.618	439.047	39.535	52.593	92.128	531.175
	Fev	20.043	298.727	21.679	72.131	35.661	448.241	39.785	53.773	93.558	541.799
	Mar	20.211	304.283	21.560	74.898	36.643	457.595	40.299	55.551	95.850	553.445
	Abr	20.556	311.737	21.618	74.472	37.901	466.284	41.227	57.528	98.755	565.039
	Mai	20.757	313.617	21.667	74.121	38.514	468.676	41.897	58.345	100.242	568.918
	Jun	21.165	319.289	21.709	74.648	38.999	475.810	42.836	59.872	102.708	578.518
	Jul	21.306	323.581	21.972	75.604	39.261	481.724	43.818	61.720	105.538	587.262
	Ago	21.438	327.914	22.397	78.345	39.923	490.017	44.976	63.817	108.793	598.810
	Set	21.699	331.199	23.082	79.294	39.803	495.077	46.302	65.720	112.022	607.099
	Out	21.686	333.763	23.292	78.819	39.414	496.974	46.966	66.418	113.384	610.358



**NO MUNDO DOS NEGÓCIOS,
CONTAR COM O CONHECIMENTO
DA FGV PROJETOS
É UMA EXCELENTE SOLUÇÃO.**

FGV Projetos. Todo o conhecimento da FGV a seu favor.

Contar com a FGV Projetos é contar com o conhecimento gerado nas Escolas e Institutos da Fundação Getúlio Vargas e ter à disposição os melhores profissionais do país. Afinal, a FGV não só forma os melhores profissionais, como também ajuda a formar as melhores organizações.

www.fgv.br/fgvprojetos



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**
FGV PROJETOS

Mais conteúdo,
melhores soluções.